

LIMA PRISCILA AUGUSTA
A Construção da Subjetividade no
Interior das Classes Subalternas
Através da Moradia -UmEstudo de....

301.3609815
L 782c
T

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO
INTERIOR DAS CLASSES SUBALTERNAS
ATRAVÉS DA MORADIA - UM ESTUDO DE
CASO NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE

PRISCILA AUGUSTA LIMA

Dissertação apresentada ao Curso de Mes-
trado em Educação, da Faculdade de Educa-
ção da UFMG, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Íris Barbosa Goulart

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



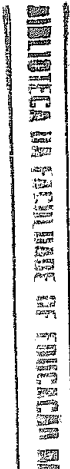
172059005

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

INV 05

Belo Horizonte

1990



BANCA EXAMINADORA

Iris Barbosa Goulart

Prof.ª Iris Barbosa Goulart
(Orientadora)

Miguel González Arroyo

Prof. Miguel González Arroyo
(Co-Orientador)

Arlite Moyses Rodrigues

Prof.ª Arlete Moyses Rodrigues

Regina Helena de Freitas Campos

Prof.ª Regina Helena de Freitas Campos

Este trabalho é dedicado às mulheres de
General Carneiro, pelas suas lições diá
rias de luta e perseverança.

AGRADECIMENTOS

À Professora Íris Barbosa Goulart, pela compreensão, apoio e dedicação com que orientou este trabalho.

Ao Professor Miguel González Arroyo, pela paciência e por todas as lições (formais e informais) que me proporcionou na co-orientação desta dissertação.

À Professora Ecléia Bosi, pela sua disposição, ajuda, e por todas as emoções que me transmitiu.

À Professora Ester Vaisman, pelas leituras iniciais e indicações extremamente enriquecedoras.

À Professora Lucília Regina de Souza Machado, pelo estímulo e apoio.

À Professora Rosalina Batista Braga, pela atenção e indicação preciosa do texto de Arlete Moysés Rodrigues.

A todos os professores do Mestrado, que participaram, direta ou indiretamente, deste trabalho.

Aos colegas do Mestrado, especialmente à Çãozinha, por todas as sugestões durante a elaboração do trabalho.

À Neuza e à Lúcia, da Secretaria do Mestrado, pela atenção e apoio.

À Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) de Belo Hori-

zonte, na pessoa carinhosa da Tuta (Ângela), pelas informações e cessão dos arquivos.

À Maria Dolores da Cunha Pinto, pelo apoio e compreensão, apesar das condições adversas a este trabalho, criadas pela burocracia da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Aos companheiros da PRODASEC, com quem vivemos tristezas, alegrias, conflitos e esperanças.

Aos meus pais e irmãs, pelo apoio.

Ao José Antônio, pela presença.

ÍNDICE

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
A MORADIA NA SUA CONCRETICIDADE E FUNÇÕES SOCIAIS..	12
1. Psicologia Social e Educação; Algumas Considerações	12
2. Situando o Problema Habitacional	18
3. Moradia, Questões Psicossociais e Políticas	24
CAPÍTULO II	
OS REFERENCIAIS DE ANÁLISE DE NOSSA ABORDAGEM	31
1. Moradia Produzida e Produtora	31
2. Em Torno da Identidade	44
CAPÍTULO III	
A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	53
1. A Metodologia	53
2. Caracterização do Bairro	56
3. Caracterização da População	60

CAPÍTULO IV

A MORADIA VISTA DO SEU INTERIOR 71

1. A Casa - Sua Composição 71

2. O Mobiliário e o Espaço Interno 76

3. A Utilização da Casa na Hora de Dormir 81

CAPÍTULO V

A MORADIA VISTA DO EXTERIOR 90

1. A Socialização do Espaço e dos Bens Básicos 90

2. A Utilização do Banheiro 95

CAPÍTULO VI

A MORADIA COMO ELEMENTO EDUCATIVO DAS CLASSES SUBAL-
TERNAS 101

1. A Coletivização do Espaço 101

2. O Espaço como Determinante de Aspirações 107

CAPÍTULO VII

O PSICOLÓGICO E O EDUCATIVO NA RELAÇÃO COM A MORADIA.. 114

1. A Nossa Relação com as Entrevistadas 114

2. A Moradia como Formadora de Hábitos, Atitudes e Cos-
tumes 119

3. As Relações Psico-Educativas e o Espaço da Casa ... 127

CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	147
- Anexo I: Roteiro / Roteiro Inicial	148
- Anexo II: Roteiro	150
- Anexo III: Organizações Populares em Torno da Mora- dia - Belo Horizonte	152

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o significado das relações entre a moradia precária e a formação da identidade das mulheres das classes subalternas. Através de um Estudo de Caso, aborda a moradia em seus aspectos materiais e subjetivos, apontando os elementos informais presentes na situação objeto de estudo, e como estes vão se constituindo em fatores educativos.

O fazer cotidiano das classes subalternas vai-se mostrando como integrante de uma Educação Informal que é, também, definidora da identidade social dessa população.

Ao se tratar a relação das mulheres com a casa, expõe-se as aspirações, desejos, frustrações e outros aspectos da subjetividade humana que, ao buscarem sua objetivação, vão constituindo a identidade das mulheres nas suas moradias precárias.

A dissertação retoma alguns aspectos da Psicologia Social e da relação entre o objetivo e o subjetivo presentes na situação da moradia. Desta forma, a nossa abordagem da identidade não se restringe à identidade das classes subalternas, mas atinge também o campo da Psicologia Social na Educação. Demonstra, assim, que a especificidade que se busca a nível dessa ciência deve levar em conta as questões educativas e sociais relativas às populações das classes subalternas no seu fazer concreto, com a sua objetividade e a sua subjetividade.

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO INTERIOR DAS CLASSES
SUBALTERNAS ATRAVÉS DA MORADIA - UM ESTUDO DE CASO
NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho insere-se na área limítrofe entre a Psicologia Social e a Educação, sem, contudo, deixar de fazer referências a outras áreas intrinsecamente ligadas a essas. Trata-se de um Estudo de Caso realizado em 1989, na periferia de Belo Horizonte, em General Carneiro, com população pertencente às classes subalternas.

São analisadas por nós dimensões psicossociais e educativas em torno da moradia. Num sentido mais amplo, há um estabelecimento de relações entre as condições materiais de existência e a produção da existência humana, entre a objetividade e a subjetividade.

Por abordar um aspecto tão importante da educação informal que determina comportamentos e impõe restrições e práticas, inclusive à educação formal, torna-se relevante a sua abordagem.

O interesse por este tema decorreu de uma atividade prática. Durante o Curso de Psicologia, na UFMG, realizávamos trabalhos junto a comunidades de periferia urbana de Belo Horizonte. Esses trabalhos eram, então, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através de projetos.

Com o término da graduação e a aprovação em concurso público, passamos a atuar no projeto que se implantava, então, na SEE/MG, que já conhecíamos devido a estágios desenvolvidos na Universidade, na disciplina Psicologia Social.

O PRODASEC-URBANO¹, em 1985/1986, era realizado por técnicos da Diretoria de Educação Especial, na região de General Carneiro - município de Sabará (MG). Seu trabalho deu origem a um texto, publicado em 1986, sob o título: "Classe especial - pesquisa participante", integrado aos Cadernos de Educação Especial (SEE - Ano II, nº 2, 1986) e distribuído às Delegacias Regionais de Ensino do Estado de Minas Gerais.

Ao desenvolver o trabalho enquanto técnicas do PRODASEC, comparecíamos às periferias para as atividades de campo. A realidade saltava aos nossos olhos quando chegávamos a essas regiões, especialmente pela precariedade de vida daquela população. Muitas das pessoas com as quais trabalhávamos eram subempregadas: faxineiras, lavadeiras, empregadas domésticas, biscateiros, mães e pais de famílias muitas vezes numerosas, morando em condições sub-humanas.

A partir dessas atividades educativas realizadas junto à população de "baixa renda" no período de 1983 a 1988, foi-se configurando para nós uma problemática a ser investigada, e que viria a desembocar no Mestrado em Educação.

Durante o curso, as atividades didáticas mostravam como o cotidiano das "classes trabalhadoras" vinha sendo objeto de investigação sob vários aspectos, em diversas áreas das

¹ Título: "Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes do Meio Urbano".
Projeto originário do MEC (1981), desenvolvido pela UFMG e pela SEE/MG, dirigido às populações de baixa renda.

Ciências Sociais e Humanas e, ainda, que esses estudos desenvolviam-se em torno das "classes trabalhadoras", de forma mais generalizada. As diferentes denominações que foram surgindo, estimularam-nos a buscar suas razões práticas e teóricas.

Em relação às terminologias utilizadas nos estudos feitos, DURHAM (1986) afirma haver, na produção antropológica, uma ausência reveladora do conceito de classe. Os antropólogos privilegiariam "recortes empíricos": mulheres, negros, homossexuais, operários; por isso, os termos clássicos de conceituação marxista são substituídos por termos descritivos, como: classes populares, classes trabalhadoras, camadas médias. Outros autores como MOFFATT (1986) e CASTILHO (1990), adotam a terminologia sub-proletariado, ao se referirem a grupos específicos das classes subalternas.

Ainda com relação a essa questão, devemos ressaltar problemáticas inerentes, como a levantada por HELLER (1982), que afirma não questionar o papel histórico extremamente significativo da "classe operária". Suas dúvidas referem-se à teoria de que uma só classe possa assumir o poder e ser a única representante da transformação. Ao fazer essa crítica a um dos aspectos do Marxismo, afirma que uma teoria revolucionária fala a todos os que têm "carecimentos radicais", isto é, todos os carecimentos nascidos na sociedade capitalista, em consequência do desenvolvimento da sociedade civil, mas que não podem ser satisfeitos dentro dos limites dessa sociedade.

A intenção da autora é mostrar que uma revolução social não pode se referir a uma classe determinada, nem apenas

a um segmento de classe. Ela se refere também à classe operária. Não obstante seja clara a intenção da autora, sua interpretação difere da colocação de THOMPSON (1987), que acreditamos ser a forma mais próxima da proposição marxista. Para o autor,

"A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus." (p. 10)

Para BAKHTIN (1987), a expressão gramsciana "classes subalternas" é ampla e destituída de conotações paternalistas. Apesar da noção pejorativa geralmente atribuída ao termo "subalterno", no sentido de "sujeição", pensamos que, ao adotá-la limitaríamos menos o real com o qual trabalhamos nesta pesquisa, e não eliminaríamos a possibilidade da inclusão de operários, biscateiros donas de casa e outros segmentos que compõem as classes subalternas.

Outra questão também levantada por HELLER (1982), que julgamos oportuno analisar — já que utilizaremos algumas de suas análises em nosso trabalho —, diz respeito a "uma contradição existente no pensamento marxista".

Para a autora, Marx, por um lado, aponta o proletariado como a classe que seria o sujeito da revolução e, por outro, mostra as leis econômicas e contradições inerentes ao modo de produção capitalista como o que conduziria a uma revolução histórico-social. Heller, ao analisar a contradição, afirma:

"Não penso de modo algum que o fato de existirem contradições no pensamento de Marx seja algo negativo. Todo filósofo busca construir seu sistema de modo tal que as contradições não existam, mas ninguém conseguiu alcançar este resultado. A grandeza de uma teoria consiste precisamente, em conseguir pensar até o fundo todas as alternativas e todas as possibilidades. E a meu ver, Marx é tão vivo ainda hoje, precisamente porque experimentou, até o fundo, as mais diversas alternativas. Uma teoria inteiramente homogênea, via de regra, desaparece muito rapidamente do cenário histórico." (HELLER, 1982, p. 16-7)

Com relação ao ponto levantado por Heller, entendemos que se trata de uma interpretação desse aspecto do Marxismo. Como iremos esclarecer, ao tratarmos dos aspectos da produção e do consumo, o peso dos elementos objetivos e subjetivos, o avanço das forças produtivas e a atividade dos sujeitos, são motores do avanço social e não foram dissociados por Marx.

MANACORDA (1987), ao acentuar o aspecto humanista em Marx, fala da existência de uma leitura economicista de Marx, como um desvio. Para ele, há distorções no entendimento do pensamento de Marx, e tentativas de correção. Em sua exposição, cita vários autores e, entre eles, HELLER (p. 4). Sua análise sobre essa questão aclara a nossa elucidação desse aspecto e o sentido do trabalho, com alguns conceitos de HELLER:

"(...) far-se-ia uma grande injustiça aos autores citados, posto que as citações correm o risco de sempre trair ou ao menos reduzir o pensamento, além de tudo responsabilizando-os pelo péssimo uso que o senso

comum pode fazer de seus pensamentos. Pessoalmente, considero o conjunto de pesquisas dos autores citados e de outros, como uma contribuição determinante para o enriquecimento da tradição marxista, um feliz florescimento do pensamento contemporâneo." (MANACORDA, 1987, p. 4)

Para Manacorda, a sensibilidade desses autores para os "temas da superestrutura", é um envolvimento de novos campos do saber, como a antropologia cultural, a sociologia, a psicologia da pessoa e da sociedade e a psicanálise.

Nosso interesse em abordar esses aspectos deriva do fato de que o entendimento de uma contradição no pensamento de Marx, tem levado a dois caminhos, colocados geralmente como excludentes: por um lado, o entendimento da ação dos sujeitos como o determinante da transformação social, originou uma espécie de voluntarismo; por outro, ao se entender o aspecto da contradição que aponta as leis econômicas e as contradições do modo de produção capitalista como responsáveis pela transformação social, criou-se o entendimento e a postulação de um determinismo econômico.

A análise de Heller propõe uma recuperação dos campos dissociados e lança profundidade em alguns temas de nosso interesse, ao desenvolver a sua filosofia. A autora parece levar em conta conceitos básicos da tradição americana (vida cotidiana, preconceitos), com uma perspectiva de análise do materialismo histórico dialético. O construto de vida cotidiana apresenta-se como de difícil abordagem, por se situar entre a esfera material e a superestrutura ideológica. Essa situação

representa um pouco a dificuldade das análises da Psicologia Social, de trabalhar em busca de dados mais objetivos, sem reduzir os processos humanos.

Em nosso trabalho, deparamos ainda com o fato de existir uma grande distância entre a Psicologia enquanto teoria e prática, e a realidade das classes subalternas. Não supomos neutro o discurso que afirma ter o povo que resolver, primeiro, os seus "problemas básicos de sobrevivência", para depois, e só depois, ter acesso a qualquer forma de serviço ou atendimento psicológico. Há, aí, uma relegação a um segundo plano desse aspecto, como se fosse algo dissociado da vida material.

Negar às classes subalternas a possibilidade de reflexão sobre a sua problemática, é também uma forma de contenção dessas classes, consideradas por alguns grupos, como "classes perigosas" (SADER, 1986). As classes privilegiadas e dominantes utilizam-se, frequentemente, dos serviços psicológicos sob a forma de psicoterapia, análise, aconselhamento vital, ao mesmo tempo em que desaconselham esses serviços para as populações de baixa renda, inviabilizando o atendimento através dos órgãos estatais. A dissociação clara entre as necessidades físicas e psíquicas, assim como a omissão dos serviços psicológicos, refletem a mesma filosofia dos órgãos públicos no que diz respeito à saúde geral dessa população.

Devemos, também, reconhecer que a elitização da psicologia tem sido resultado da atitude de muitos psicólogos descomprometidos com os problemas sociais mais amplos, que apren

deram essa postura, inclusive, nos cursos de psicologia.

No dia-a-dia das populações periféricas, a oportunidade de falar de si, do seu mundo, representa e se constitui numa possibilidade de auto-organização, auto-reflexão, avaliação e planejamento de vida.

Na opinião de HELLER (1975), essa fala seria a realização de uma objetivação primária, que é a linguagem, e que é, também, uma das objetivações que viabilizam a consciência do "eu".

A equipe de educadores da FASE expõe um trabalho realizado sobre a identidade da mulher maranhense, onde analisa que:

"Aliada à busca de um novo espaço de participação, está subentendida a necessidade de extravasar-se, de 'aliviar tensões', de reconhecer-se como sujeito de sua própria vida, fazendo certas coisas que lhe interessa particularmente (...)." (Rev. Proposta nº 41)

Sobre a fala das mulheres, a equipe de educadores explica:

"Ao fazer comentários sobre seus conflitos, deixa transparecer a sensação de ter expulsado parte do sentimento de dominada. Alcança um novo nível de comunicação: manifesta, a seu modo, as situações pessoais, revela sua insatisfação e é entendida pelas demais mulheres que se identificam pelos seus problemas semelhantes." (p. 37)

Nesse sentido é que percebemos também a necessidade

de expressão verbal dessas populações, e observamos, também, que a organização da fala, do pensamento, das ações, constituem em uma tarefa educativa, com a possibilidade de uma visão crítica e interessada do mundo. Nas periferias urbanas, as condições materiais precárias, provenientes da exploração do trabalho das populações que ali vivem, aparecem associadas a condições precárias de explicitação da trama social, de exploração e opressão a que estão submetidas.

As classes subalternas vivem no cotidiano a condição miserável de vida dos explorados e oprimidos. No entanto, a figura do opressor e explorador é nublada, suavizada pelos canais de transmissão de mensagens ideológicas que, inclusive, contradizem o real vivido por essas populações, infundindo-lhes uma idéia de destino, de conformidade, que é o oposto de sua vida diária de luta e perseverança.

Neste trabalho, a moradia, como um dos determinantes na produção-educação das mulheres das classes subalternas é focalizada, partindo do pressuposto de que a casa, sua construção, o cotidiano que nela se vivencia, assim como toda a realidade material, não é para o homem, apenas essa construção material. Ela é antecipada a nível da idéia, e colocada em prática pelo gesto; este, pleno de sentido, faz com que a idéia se objetive através de uma prática e, assim, mostre a sua materialidade e a materialização da sua existência, e a potencialidade anterior que as desenvolve e as aciona, construindo o mundo.

Partindo desses pontos, esboçamos, no primeiro capítulo

tulo, um breve quadro da situação da Psicologia e sua relação com a Educação, delineando alguns pontos que nos parecem sugerir caminhos possíveis para um avanço dessas ciências. Esses caminhos levam em consideração a concreticidade que é representada pelo problema da moradia para as classes subalternas.

No segundo capítulo apresentamos a nossa forma de abordar a moradia e o também tema da identidade que é analisado de diversas formas no contexto das ciências humanas; situamos, também, alguns referenciais teóricos que nos auxiliaram no desenvolvimento de nossas análises.

No terceiro capítulo tratamos da forma como foi realizada a pesquisa, com a caracterização do bairro e da população, assim como da metodologia específica.

No quarto capítulo focalizamos os aspectos internos das moradias e algumas atividades desenvolvidas nesse interior, com os contatos que se vão estabelecendo com o mundo exterior a elas.

No quinto capítulo mostramos a exterioridade da casa, com algumas das suas utilizações e seus aspectos coletivos.

No sexto capítulo desenvolvemos algumas análises dos elementos educativos das moradias e a relação com as populações das classes subalternas, considerando as relações entre os aspectos psicológicos e educativos, e a moradia precária.

Sob o título de "considerações finais", reavaliamos algumas questões teóricas e apontamos outros pontos, buscando

uma ampliação da discussão em torno da moradia, enquanto grave problemática das classes subalternas sob todos os seus aspectos.

CAPÍTULO I

A MORADIA NA SUA CONCRETICIDADE E FUNÇÕES SOCIAIS

1. PSICOLOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A postulação de um determinismo econômico, citada anteriormente, é contemporânea às psicologias irracionalistas do final do século XIX e princípio do século XX. Com a afirmação desse fator como determinante do avanço social, os elementos que não diziam respeito a esse determinismo foram varridos para fora dos centros de interesse teórico e, com eles, a abordagem dos sujeitos e do subjetivo no processo social.

A Psicologia Social, com as suas dificuldades próprias e como uma das ciências que deveriam incorporar a visão do sujeito e do subjetivo, ainda não vem oferecendo um modelo adequado de análise da realidade das classes subalternas. Atualmente, está presente entre alguns psicólogos brasileiros, o início de uma discussão crítica sobre o caráter e estatuto da Psicologia. Esses autores têm captado a necessidade crescente de se conceber uma psicologia que leve em conta a realidade da nossa sociedade de classes, e que se volte para o trabalho com as classes subalternas. (Ver análises de BOSI, 1972; CASTILHO, 1990; ANTUNES, 1988 e LANE, 1984)

A análise do psicologismo sofrido pela Pedagogia, reduzindo o ato educativo e transferindo ao educando a fonte dos problemas é realizada por ANTUNES (1988). Para a autora, desse tipo

de análise surge a incapacidade da Psicologia de dar conta da totalidade da Educação, já que apenas considera um dos aspectos da Educação.

A partir disso, ANTUNES (1988) vê a necessidade de se repensar a Psicologia como ciência que visa compreender o homem concreto, o que redefine o caráter epistemológico dessa ciência, baseando-se numa concepção que dê conta de apreender a concreticidade do homem, encarando-o nas suas múltiplas determinações, inclusive na sua dimensão histórica.

O homem, sendo, antes de mais nada, um ser histórico que transforma a natureza e a si mesmo através do trabalho, é sempre sujeito de toda práxis. Ao transformar a natureza através do trabalho, produz também as relações sociais e as idéias. O homem concreto é o ser social que transforma a natureza através do trabalho, construindo, assim, a cultura e a sociedade humana. Ele existe nas relações com os outros e não abstratamente. À Psicologia caberia, portanto, apreender a especificidade da individualidade do homem concreto, que é síntese de determinações múltiplas e eminentemente social e histórico. A superação da Psicologia individualista, desencarnada, dá-se na busca do indivíduo concreto, tomado em suas condições materiais de existência.

A Psicologia carece, também, de uma visão sintética de homem que supere a visão fragmentada, que dicotomiza a realidade subjetiva e a realidade objetiva.

ANTUNES (1988), citando Suchodolski, expõe que o objetivo da civilização não se opõe ao mundo subjetivo das pes-

soas, dos homens e, sim, se condicionam.

A crítica mais contundente feita à Psicologia, é a de que ela é uma ciência burguesa que se desenvolve com a ascensão do capitalismo, e acaba tendo a função de legitimá-lo. A Psicologia moderna desenvolve-se sob a influência do pensamento liberal e recebe uma outra crítica que diz respeito à sua incapacidade epistemológica de superar tanto o idealismo como o mecanicismo. De um lado, prende-se à metafísica e presupõe uma natureza humana essencial, acima das determinações concretas da existência do indivíduo, colocando no plano subjetivo a fonte determinante da realidade social e individual. Por outro lado, está presa à visão estática de ciência que, em algumas abordagens; tende a reduzir a metodologia da Psicologia à metodologia específica das ciências físicas, perdendo a sua especificidade e identidade enquanto ciência humana. Desta forma, tem sido extremamente difícil encontrar formulações psicológicas que dêem conta da relação dialética subjetivo-objetivo, na direção de uma síntese possível.

A Psicologia poderia superar a fragmentação entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, conforme a autora, buscando uma visão sintética do ser humano como totalidade no processo histórico. Tendo nascido no bojo do sistema capitalista, a Psicologia moderna tem servido em muito para legitimá-lo; daí o seu atraso em relação à concepção dialética da realidade. Nesse estado de coisas, surge às vezes uma espécie de negação do Psicológico, a qual aparece tão fragmentadora quanto a psicologização. Para a construção da nova Psi

ciologia, importam também as lições apreendidas da velha. As tentativas iniciais de trabalhos de Psicologia com as classes subalternas, têm carecido de uma prática mais sistemática e eficiente do psicólogo junto às mesmas. Essa prática implicaria, no nosso entender, uma ida ao encontro dessas populações, já que isso pode se tornar viável graças à relação teoria e prática que vem se estruturando.

No Brasil, foi difundida, durante vários anos, a Psicologia Social americana, que se caracterizava pelo experimentalismo e por transferir resultados experimentais obtidos em laboratório para outras situações não controladas experimentalmente. O uso dessa Psicologia na empresa e na escola, tentava estabelecer o consenso, evitando o conflito, com vistas à maior funcionalidade da sociedade de classes. (Rodrigues, 1981)

A Psicologia Social americana, inaugurada por George Herbert Mead, neste século, constitui uma fonte de vários novos caminhos teóricos, dentre eles o interacionismo simbólico e a abordagem fenomenológica.

MEAD (1863-1931), ligado à tradição aristotélica do empirismo, apresentava, também, aspectos pragmáticos em matéria de filosofia. O psicólogo inglês teve o mérito de propor uma superação da antinomia, esboçada na polêmica entre os nominalistas e os realistas (indivíduo-sociedade). Mead pressupunha a anterioridade histórica da sociedade, uma hipótese naturalista sobre o desenvolvimento do indivíduo auto-consciente, a

partir da matriz das relações sociais, e a adoção de papéis e internalização do sócio-cultural na formação do eu. Afirmava, assim, o caráter histórico-evolutivo da consciência: o indivíduo, como pessoa auto-consciente, só é possível com a condição de pertencer a uma sociedade, mesmo que em grau rudimentar. A formação da individualidade auto-consciente está ligada à colocação de papéis sociais (introjeção de pautas culturais). Para Mead, o indivíduo torna-se pessoa auto-consciente na interação social, graças à linguagem.

A Psicologia Social teve, em Mead, um caminhar inicial que foi contido em vários pontos. Os psicólogos e alguns sociólogos americanos seguiram, a partir dessa matriz, a tradição empírica, com uma filosofia excessivamente pragmática. O empírico, abordado como dados estatisticamente tratados de forma perfeita, era analisado e interpretado de forma bastante linear e restrita. Persistia uma busca de dados ligados à experiência concreta de vida das pessoas e dos grupos estudados, ao lado de uma redução da complexidade de alguns processos humanos, limitando-os, às vezes, a uma descrição ou a uma interpretação restrita, baseada numa filosofia pragmática herdada da linha americana.

Das duas tendências existentes na Psicologia Social americana na década de 50, uma se refere a essa tradição pragmática americana, que buscava criar atitudes, harmonizar e garantir a produtividade; a outra, de tradição filosófica, buscava um conhecimento para evitar catástrofes mundiais. Tinha raízes na fenomenologia, buscando modelos científicos totali-

zantes. Em meados da década de 60, essas visões foram criticadas pela França e a Inglaterra. (LANE, 1981)

Depois dessa crise de 60 na Psicologia Social americana, abriu-se espaço para a visão psicanalítica e para outras psicologias. As análises mais recentes a partir dessa época, foram se configurando em propostas para a Psicologia Social, como as escolas argentina (PICHON-RIVIÈRE, MOFFAT), a soviética (LEONTIEV, LABOV, VYGOTYSKY) e cubana (KULIKOV, REY).

Na Argentina, a linha adotada por Pichon-Rivière buscava uma integração entre a teoria psicanalítica e o sistema social, relacionando a neurose com a estrutura da sociedade da qual emerge. (PICHON-RIVIÈRE, 1988)

A visão de Psicologia esboçada pelos soviéticos e cubanos, atribui a Marx e Engels (KULIKOV, 1974) o início da Psicologia Social. Nessa abordagem é retomada a categoria "reflexo", proposta por Lênin (REY, 1987). O termo utilizado teria como pressuposto que o psicológico seria um reflexo das condições materiais de existência. O que acentua o autor, porém, é que esse reflexo não é algo mecânico, como se fosse um reflexo especular, mas algo que exige a mediação do sujeito na sua construção. Nesse sentido, talvez o termo "reflexo" seja inadequado, por deixar entrever algo em que não existe a mediação do sujeito, algo mecânico. A mediação dar-se-ia através das atividades dos sujeitos, como estes nas suas atividades e ações reagem às condições materiais e se comportam, daria a resultante reflexo que decorre da interação entre as

condições materiais e a subjetividade dos homens em ação, demonstrando o lado dinâmico da atividade psíquica. A construção da subjetividade humana, que é capaz de se objetivar, é parte do tema de que estamos tratando.

As abordagens ligadas ao Materialismo Histórico em Psicologia são mais recentes, como afirma ANTUNES (1988). No Brasil, a partir do processo de abertura política, voltaram-se os olhos para essas novas abordagens. Alguns psicólogos da USP têm se preocupado com o tema e aprofundado discussões, promovido encontros, onde tais idéias têm sido debatidas e ampliadas. (Cadernos da USP, 1988)

Os aspectos já apontados na área da Psicologia Social, criam a possibilidade de que fatores psicológicos e educativos sejam analisados em nosso trabalho. Configura-se, assim, também, uma tentativa de contribuição para uma redefinição da ciência psicológica, no sentido de que esta possa dar conta da concreticidade do homem, pensá-lo nas suas relações sociais e históricas. Partindo dessas avaliações, buscamos realizar um trabalho que se encontrasse com as classes subalternas em um dos seus mais sérios problemas cotidianos: a complexa relação que vivenciam, na sua realidade, com a moradia.

2. SITUANDO O PROBLEMA HABITACIONAL

O momento em que realizamos esta análise deve também – e provavelmente – estar determinando-a. Em 1988-1989, os

enfrentamentos das classes subalternas com os poderes constituídos, são exacerbados no aspecto problemático das moradias. Há um aumento no número de invasões em loteamentos urbanos ociosos, uma maior resistência a despejos e desapropriações, auto-construções, lutas, desespero, mortes, enfrentamentos com a polícia, enfim, lutas ligadas à questão habitacional.

Nossa pesquisa pretende, sem perder de vista a referência social mais ampla, retratar uma população específica, neste momento específico, buscando analisar e ir além do que é manifesto.

A construção dos sujeitos e a sua relação com o processo de trabalho, foi analisada por NORONHA (1986). A autora trata da identidade dos sujeitos e de sua relação com um trabalho específico, o de camponesa. Evidencia-se, assim, um lado da educação informal, semelhante à nossa abordagem.

As relações que buscamos conhecer estariam ligadas à subjetividade ou aos sujeitos e às suas moradias. A forma de moradia implicaria um conteúdo relativo a ela e uma dialeticidade. O ambiente, o espaço tratado neste trabalho é o da casa e o em torno dela.

Nas sociedades ocidentais, esse espaço é visto e valorizado como símbolo de liberdade e status. Se atentarmos para o símbolo de prestígio atribuído ao espaço, veremos a tradução de que o "homem importante" ocupa e tem acesso a mais espaço do que o "menos importante". Independentemente da visão social do espaço, este se coloca como uma necessidade bio

lógica de todos os animais, e é para os seres humanos uma necessidade também psicológica. A espaciosidade aparece inúmeras vezes associada à sensação de liberdade. Estar livre significa, então, ter poder e espaço suficientes para atuar.

O nosso propósito foi estudar, através de um grupo da periferia de Belo Horizonte (município de Sabará), o campo psicossociológico das relações no interior dos dois aspectos relacionados: o do espaço da moradia com as suas circunstâncias próprias, e a reação a ela manifestada pelos moradores, tanto a nível de atitudes cotidianas, como a nível de aspirações e pretensões.

Nosso trabalho vai se constituir numa descrição, análise e interpretação das formas como as mulheres da periferia de Belo Horizonte percebem e dizem a sua vida nas moradias precárias. Tentaremos manter um diálogo com essas falas, ao mesmo tempo em que nos utilizaremos de dados colhidos e observações feitas. Para um estabelecimento desses diálogos, tomaremos como referência algumas teorias. Buscamos, ainda, compreender aspectos das práticas cotidianas em torno da moradia, que são marcantes para as mulheres e, portanto, constitutivas de seu "ser mulher".

Não nos interessa, nesta abordagem, entrar pelo "viés anti-urbano", ou seja, mostrar a periferia onde desenvolvemos nossa pesquisa, como um local puro e bom, e a cidade como a fonte dos vícios. Sabemos que muitas vezes tal viés tem o objetivo de mostrar ou deixar implícito que a comunidade rural ou a periferia urbana é o melhor lugar para se viver.

Os professores HORTON & HUNT (1981, p. 374) introduzem o termo "viés anti-urbano" para falar da visão disseminada especificamente com relação ao rural, em relação ao urbano. Os autores afirmam que essas suposições são dúbias e demonstravelmente falsas. Recorrem à justificativa de que valores estão implicados nessa visão, para determinar que uma situação é melhor do que a outra.

Julgamos haver diferenças entre o centro e a periferia, mas não podemos considerar a questão como parcializada, limitada a uma área geográfica onde estão os problemas; não pretendemos, tampouco, traçar um corte nítido entre essas duas sessões. Como diria GRAMSCI (1987), isto daria origem a teses sobre o desenvolvimento dualista ou sobre desequilíbrios. As duas áreas seriam colocadas como antagônicas entre si, e não como elementos das cidades, que são determinados por uma estrutura histórico-social e política que assim se organiza, criando os centros e as periferias, aparentemente realidades dicotômicas.

Não pretendemos estabelecer um viés em termos de moradia, nem de relações humanas na periferia. Sabemos que uma visão parcial ocorre muitas vezes, ao se tratar da posição dos grupos populares, em relação ao conhecimento: ora estes são vistos como donos de um saber diferenciado, sujeitos revolucionários, ora como grupos desprovidos de qualquer nível de conhecimento ou saber. (GOHN, 1982)

Essas posições tendentes aos dois extremos, de certa forma visões maniqueístas, determinam dois tipos de práti-

cas educativas. No primeiro caso, pode-se descomprometer quaisquer outros segmentos (inclusive a escola formal) de participar do processo educativo desses grupos. Traduz uma visão romântica do povo, mas não inconseqüente. No segundo caso, as práticas podem se constituir numa "educação bancária", de deposição de saberes nesses grupos vistos como vazios, exercendo-se, assim, uma educação autoritária.

Os dois pressupostos colocam os grupos populares fora de uma realidade social – ou sabem tudo ou nada sabem – e, por conseguinte, são pressupostos idealistas e, nesse sentido, viéses.

A forma que buscamos ao trabalhar com as classes subalternas, é a de uma abordagem positiva: não definindo-as pelo que têm de negativo ou pela falta, mas pelo seu potencial, focalizando sua capacidade de reelaboração que é, em muito, responsável pela sua sobrevivência.

BOSI (1972), ao falar da capacidade da cultura popular de interagir com o novo e o arcaico, diz:

"Gramsci admirava essa capacidade vital que tem a cultura popular de absorver e reelaborar elementos urbanos já afetados por novas tecnologias." (p. 55)

A autora ainda relewa o fato de Gramsci admitir a existência de estratos fossilizados, conservadores e, até mesmo, retrógrados na cultura popular. Diz, ainda, que há formas criadoras e progressistas que contradizem a moral dos estratos dirigentes: "É uma abordagem dialética, que mostra o seu caráter

passadista e inovador" (p. 54).

O fato de os grupos populares desenvolverem estratégias de sobrevivência, utilizando de forma criativa os espaços e materiais a que têm acesso, remete-nos à habilidade humana de criar e também de utilizar símbolo¹. A forma mais importante da expressão desses símbolos é a palavra. Nesse sentido, o que buscamos nesta pesquisa seria um fator de maior compreensão da vida dos grupos populares e das estratégias que desenvolvem através de sua fala, de sua palavra.

Devemos ressaltar, aqui, a problemática levantada por vários autores de se trabalhar com depoimentos ou falas dos sujeitos. Não se trata de dar às falas o nome de interpretação científica da realidade, ou apenas do senso comum (DAYRELL, 1989). Busca-se um diálogo constante com base em teorias, no sentido de facilitar as sínteses e interpretações possíveis, além daquelas resultantes do próprio diálogo.

A fala como objeto de análise, implica partir do discurso do indivíduo e também aceitar sua experiência existencial expressa em suas próprias palavras. Esse dado pode ser enriquecido, se considerarmos ainda uma forma de análise do lado psicológico do discurso.

¹ O símbolo é destinado a representar um ato, uma situação, um conceito, podendo substituí-lo quando necessário for (H. Pierson). O caráter paradoxal da função simbólica: estabelecer relações irrêais para permitir a adaptação do homem à realidade.

3. MORADIA, QUESTÕES PSICOSSOCIAIS E POLÍTICAS

Durante os nossos trabalhos, desenvolvidos nas períferias, era freqüente a dificuldade em se conseguir um local para as reuniões da equipe técnica com os grupos populares. Uma saída encontrada era a escolha da casa de um dos elementos do grupo para realizar a reunião. Posta esta situação, criava-se uma espécie de constrangimento e preocupação por parte do morador indicado. Nas idas às casas, era possível entender um pouco a dificuldade criada: o desejo daquelas pessoas de receber os companheiros em suas casas, e as limitações reais de sua moradia — falta de espaço, de mobília (mesas, cadeiras), além da construção em si mesma, que era bastante precária.

As ínfimas condições de moradia desses grupos, na sua limitação espacial e material, implicavam, então, à primeira vista, na restrição de seus comportamentos habituais, mais espontâneos, na inibição de suas individualidades, o que provocava uma reorganização, ainda que momentânea, na sua vida cotidiana.

Neste trabalho, esses locais marcados por condições materiais insuficientes, são intitulados "moradias precárias".

Analisar um aspecto tão cruel de nossa sociedade, pode levar ao que BOSI (1987) denominou "pessimismo capitalista", uma espécie de sentimento com relação às classes subalternas, que esvazia os conteúdos, as lembranças e as aspirações. KULIKOV (1974) aponta o pessimismo como uma difusão da psicologia irracionalista do final do século XIX e início do século

lo XX, que enfatizava o irracionalismo e o infantilismo das massas, e cujos representantes são LE BON (1985) e McDOUGALL (1908). Tanto para Bosi como para Kulikov, a alternativa para o avanço social e histórico, é a "história dos simples", buscar conhecer a realidade da vida das classes subalternas.

A moradia, como fator fundamental no cotidiano das classes subalternas, deve ser tratada, no nosso entender, sob dois aspectos indissolúvelmente ligados: um primeiro, diz respeito à questão habitacional, à moradia enquanto produção social, mais especificamente, tratando assim, inclusive, do déficit habitacional. Um segundo aspecto diz respeito ao "para quem" se dirige essa moradia, quem vai habitá-la. Os sujeitos para os quais são criadas e que são, na maioria das vezes, seus produtores-construtores, no caso das classes subalternas.

Trataremos brevemente do primeiro aspecto. No entanto, não será possível perdê-lo de vista ao enfocarmos o segundo aspecto.

A situação problemática da habitação na periferia liga-se a questões históricas: o crescimento das cidades originou inúmeras mudanças para as populações. A divisão social do trabalho em muitas ocupações especializadas, a organização social baseada na ocupação e classe social, os meios de comunicação, o sistema de trocas, o comércio e a tecnologia racional foram algumas dessas mudanças. Esse crescimento prosseguiu com a transformação de pequenos povoados em cidades, com suas inovações nos transportes, sistema de esgotos, burocracia.

Nos países desenvolvidos do mundo ocidental, a formação das cidades acompanhou a industrialização, em grande parte. Esse fato não ocorreu em países subdesenvolvidos como o Brasil, onde a urbanização foi se processando de forma extremamente desordenada.

O Brasil situa-se atualmente entre as dez economias mais avançadas do mundo, 8º PIB em 1985, 6º exportador mundial de armas. Contraditoriamente, possui 133 milhões de habitantes, sendo 30 milhões em estado de miséria absoluta, 40 milhões em pobreza relativa, 86 milhões não conseguindo consumir as 2.240 calorias/dia necessárias. (FREI BETTO, 1986. Fonte: IBGE)

O problema habitacional insere-se nesse contexto. Essa situação paradoxal, de desenvolvimento e subdesenvolvimento, tem em muito provocado a corrida das populações rurais para as cidades, em busca de emprego e habitação, condições mínimas de sobrevivência dentro dos avanços do sistema capitalista. O número de pessoas aumenta rapidamente, sem que se ordene a ocupação dos espaços urbanos; disso resultam várias concentrações, como as de periferias e favelas.

A esse respeito, HORTON & HUNT (1980) dizem:

"Quase toda grande cidade da Ásia, da África e da América do Sul tem em seus arredores uma grande área ocupada por pessoas que vivem em terrenos que não possuem, ou que alugam, em barracos frágeis, construídos com sucata, caixotes de embalagens, restos de madeira, tabuletas velhas, latas de zinco abertas e achatadas, tijolos usados ou qualquer outra coisa que possa ser conseguida nos restos." (p.360)

No Brasil, essas estratégias têm ocorrido, não só nos arredores, mas, também, nos centros das cidades, debaixo dos viadutos e pontes. As casas construídas dessa forma, especialmente nas favelas e periferias, têm recebido as mais diversas denominações: casebres, domicílios rústicos, habitações precárias, sub-moradias, sub-habitações, moradias de subsistência, habitações sumárias.

Adotaremos o termo "moradia precária", com base no conceito de habitação precária. Esse conceito tem por base o de "habitação sub-normal" adotado pelas SEBES, no trabalho intitulado "Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo" (Boletim HABI 2, nº 6, abril, 1975). Essa conceituação é citada e utilizada por BOTELHO (1982), em seu estudo ligado, também, a problemas habitacionais.

A moradia precária como a unidade habitacional sub-normal, é aquela que não oferece condições mínimas de segurança, durabilidade, tamanho, salubridade, e não permite aos seus moradores o atendimento de atividades como membros de grupos primários. As condições se referem tanto aos aspectos da construção (dimensionamento, número e disposição dos cômodos, material, estrutura, etc.) quanto à carência e localização de sanitários, ausência de água encanada, de ligações às redes de esgoto e energia elétrica.

Ainda com relação ao primeiro aspecto mencionado, cabe lembrar que o Fórum Permanente dos Secretários Estaduais de Habitação, em documento datado de 25/04/88, afirma ser de 33% a percentagem da população que vive em condições sub-humanas,

em nosso país.

O Censo de 1980 registrou que, no Estado de Minas Gerais, cerca de 204.667 domicílios (7,4% do total) não ofereciam a mínima segurança, e que o déficit habitacional, em 1988, era de 461.249 moradias, número esse que cresceria à ordem de 16.000 moradias anuais, caso não se revertesse o quadro. Os dados censitários de 1980 mostram que, enquanto grande parte das famílias (47,9%) tinha 5 ou mais membros, os domicílios com 3 ou mais dormitórios (34,7%) mostravam haver uma insuficiência de dormitórios nas residências.

Em outubro de 1989, o presidente da Federação dos Moradores de Belo Horizonte - FAMOBH - declarou, segundo o jornal "Diário da Tarde" de 06 de outubro, que Belo Horizonte tem um déficit habitacional de 95.000 moradias, enquanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("Grande BH"), esse déficit chega a 300.000. E, ainda, no Estado de Minas Gerais, "são 12 milhões de famílias sem casa para morar". Em 1964, devido à alegação de falta de recursos, criou-se o Banco Nacional da Habitação (BNH), para que recursos fossem investidos em moradias. Ao final de 20 anos, o déficit habitacional foi calculado, oficialmente, em 4,9 milhões e, extra-oficialmente, em 11 milhões de unidades (dados informados em RODRIGUES, 1988).

Depois de mais de 20 anos de atuação do BNH, a questão da moradia para as faixas salariais mais baixas da população, permanece sem solução. O problema continua sendo enfrentado através das construções gradativas, mutirões, barracões, barracos em favelas ou aglomerações de pessoas em cômodos. Os

imóveis construídos, atingiram pequena parte da clientela.

Conforme texto do PLAMBEL (1983), a participação dos barracões de periferia como alternativa habitacional, continua muito alta. O exame do crescimento recente do estoque de moradias em áreas periféricas do aglomerado metropolitano mostra a ampla predominância de barracões.

Ao lado desse dado, há indicações de que, nos últimos anos da década de 70, teria ocorrido uma aceleração do deslocamento da população para a periferia. Nesse período, há um agravamento da crise econômica, o que demonstra que essa alternativa constitui uma "estratégia limite" da classe trabalhadora frente à insegurança econômica.

Além dessas formas, a população recorre à cessão de uso e ao aluguel, como formas de acesso à moradia. A ocupação nas periferias apresenta problemas para as famílias, tais como: barracões inacabados, às vezes de um só cômodo, que não trazem abrigo nem conforto necessários. O trabalhador é superexplorado para dar solução a um problema que um salário melhor ou o poder público poderiam resolver.

No ato da ocupação, há ainda uma contradição a ser observada: como o preço do terreno cai na periferia, isso faz com que o crescimento dê-se sempre em direções contrárias aos avanços das infra-estruturas e de serviços públicos, já que esses serviços elevam os preços dos terrenos acima do poder aquisitivo daquela população.

Ao conhecer esses dados, reportamo-nos à observação feita por ENGELS (1979). Para o autor, especular sobre a manei-

ra como a sociedade futura repartirá os alimentos e as habitações conduz diretamente à utopia. Poderíamos, a seu ver, no máximo, com o conhecimento das condições de todos os modos de produção existentes até hoje, estabelecer que, com a derrocada da produção capitalista, tornar-se-ão impossíveis certas formas de apropriação da sociedade atual. Para ele, as soluções práticas preparadas de antemão e aplicáveis a todos os casos, não são práticas. O socialismo prático consistiria, essencialmente, no conhecimento exato do modo de produção capitalista, sob todos os aspectos: tal conhecimento permitiria ao proletariado, saber contra que instituições sociais e de que maneira deverá dirigir seus ataques principais.

Partindo, também, da necessidade de um conhecimento mais amplo de todos os aspectos da problemática da moradia, focalizamos o segundo aspecto do problema levantado acima.

A moradia, enquanto produto do mercado, está sujeita a uma relação entre oferta e procura, que é determinada pelas condições sociais da produção do bem. Cada moradia dirige-se a um consumidor específico, definido; logo, as moradias precárias são criadas para uma determinada classe social.

CAPÍTULO II

OS REFERENCIAIS DE ANÁLISE DE NOSSA ABORDAGEM

1. MORADIA PRODUZIDA E PRODUTORA

A moradia precária, enquanto realidade material, condição material de existência, é produzida e consumida pelos sujeitos das classes subalternas, com a sua objetividade e a sua subjetividade. Ao mesmo tempo, cria-se um sujeito pelas e através das moradias precárias.

QUIROGA (1982) mostra, em seu trabalho, que, com o advento do capitalismo e com o processo de urbanização, promoveu-se a separação da sociedade em duas unidades básicas: a fábrica ou unidade produtiva, e a casa ou unidade doméstica não produtiva. As duas são, então, apresentadas como pólos opostos. Segundo a autora, tal divisão se dá, em verdade, a nível macro-estrutural e marca a divisão sexual do trabalho e das esferas públicas e privadas. O homem é associado ao público e ao produtivo, a mulher ao privado e ao não-produtivo. Para a autora, a família é, também, uma unidade de formação de renda, além da função de reprodução ligada à esfera não-produtiva que possui.

A presença de uma separação rígida ou oposição entre as esferas da produção e do consumo, conduz-nos a algumas reflexões, partindo do referencial teórico do materialismo histórico dialético.

MARX (1974), em "Contribuições à crítica da economia política", fala do duplo caráter do consumo, objetivo e subjetivo, e analisa um triplo aspecto da identidade produção-consumo:

- A produção é consumo e o consumo é produção.
- Ambos surgem como intermediários um do outro.
- A produção não é apenas imediatamente consumo, e nem o consumo é imediatamente produção. Cada um dá ao outro o seu objeto. Cada um, ao realizar-se, cria-se sob a forma do outro.

Marx, ao falar desse caráter da produção-consumo, dá o exemplo da casa: "Um fato só se torna verdadeiramente um fato quando investido; uma casa que não seja habitada não é de fato, uma verdadeira casa" (MARX, 1974, p. 219).

A produção surgiria, então, a partir de uma necessidade que é reproduzida pelo consumo. Não se limitaria a oferecer um objeto material à necessidade, mas fornece ainda uma necessidade ao objeto material.

Uma abordagem do consumo deve, portanto, considerar a tripla identidade apontada. No caso específico da moradia, sendo esta um fator essencial como bem de consumo, e sendo um produto social que é inacessível à grande maioria das classes subalternas; devemos levar em conta a forma como esse chega às classes subalternas.

Para MARX (1974), "a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne comida com garfo e faca não é a mesma fome que come carne crua, servindo-se das mãos, das unhas e

dos dentes" (p. 220). O autor aponta, assim, uma diferença qualitativa no consumo que é, em si, definidora da realidade. A produção determinaria, então, não só o objeto do consumo (por exemplo, casa), mas também o modo do consumo (como morar), e não só a forma objetiva, mas também a subjetiva; logo, a produção cria o consumidor.

A produção cria não só o objeto para o sujeito, mas também o sujeito para o objeto. A moradia precária dirige-se, e é criada, para um consumidor. Moradias são criadas de forma precária ou não para os sujeitos, de acordo com a sua classe social. Ela é um dos indicadores do lugar social ocupado. Assim, um sujeito está sendo criado para essas moradias precárias, ou junto a essas moradias precárias. Esse mesmo sujeito terá, também, através disso, a sua indicação do local social que ocupa. Nesse sentido, a moradia precária constitui fator de uma certa "educação", que reafirmaria essa realidade.

Com relação à educação, devemos explicitar que os ideais da escola nem sempre estão ligados à vida, às atividades e dificuldades cotidianas das classes subalternas. Nem sempre representam relações verdadeiras para elas; daí a força da instância casa-família como formadora.

A casa não está só, ao determinar essa forma de educação, mas é um dos componentes dessa construção-educação. A produção da casa enquanto produção de uma forma de viver e de relacionar, é um desses componentes.

QUIROGA (1982) afirma que a estabilidade existencial dada pela casa, compensa em parte a insegurança em relação

ao trabalho. A casa é tudo que têm os operários; é seu bem mais durável e definitivo. Como bem de consumo individual, é de vital importância para que o trabalhador possa assegurar e repor a sua força de trabalho. Nela é investido todo o trabalho da família. A autora trata, nesse caso, de famílias operárias em casas estruturadas, diferentemente da população com a qual trabalhamos, habitantes das moradias precárias. Para o nosso trabalho, para além do fato ressaltado por CASTILHO (1990) de que "não existe a casa", essa é um projeto, uma necessidade, um desejo que se busca concretizar pela ação das populações, através das suas estratégias de sobrevivência. A busca dessas estratégias traduz a luta pela auto-conservação que é uma forma de amor a si mesmo.

RODRIGUES (1988), ao falar dessa luta nos processos de ocupação coletiva da terra, inclui a moradia entre os meios de consumo coletivo, e afirma o desinteresse do capital em investir em valores que não lhe assegurem rentabilidade imediata. Sendo os salários insuficientes para a aquisição das mercadorias mínimas necessárias à reprodução da força de trabalho, o Estado encarregar-se-á, então, dessa parte, suprimindo, assim, a deficiência salarial.

A autora usa a expressão "meios de consumo coletivo", com base na definição de JAMARILLO (in RODRIGUES, 1988):

"Uma série de valores de uso, que por algumas de suas características são difíceis de serem providas pelo capital individual sendo porém indispensáveis para a acumulação de capital em geral." (p. 19)

Entre os meios de consumo mais importantes, estão os serviços públicos, o sistema viário e os espaços coletivos, os serviços de saúde, de educação, de transporte, de habitação. Para Rodrigues, as moradias como valores de uso, embora mercantilizáveis, produzidos e consumidos unifamiliarmente, não são valores independentes; constituem um valor de uso complexo. Ao se produzir a moradia, qualquer que seja a sua forma, está-se produzindo valor de uso complexo, está-se produzindo a cidade e o cidadão, a sociedade.

O Estado, como provedor desse meio de consumo, aparentemente situa-se acima das classes sociais e, ao atuar na cidade, distribui a cada um de acordo com a sua capacidade de trabalho que é igual à sua remuneração. É aí, segundo RODRIGUES (1988), que fica evidente o fetiche da cidade. Como pelo trabalho recebe-se pouco (ilusoriamente recebe-se pelo que se vale), só se pode usufruir de determinada qualidade de vida. Como quem detém a propriedade tem uma remuneração maior porque "contribui mais", pode usufruir de uma qualidade de vida melhor. É a mistificação da realidade: "a cada um o lugar que merece na cidade".

Assim, a divisão das classes determinaria formas diferentes de se apropriar do espaço urbano, face às condições "salariais" objetivas, mas também às condições subjetivas do modo e condição de vida. Considerando as características da mercadoria terra urbana, da habitação e dos equipamentos coletivos de uso, ou seja, da produção e do consumo da cidade, constatou a autora que há várias formas de se apropriar do espaço

urbano, distinguindo duas formas de apropriação desse espaço:

- Os desbravadores da cidade, que chegam antes dos equipamentos e meios de consumo coletivos, onde se incluem aqueles que compram lotes em áreas sem infra-estrutura e auto-constróem sua casa; os favelados, os ocupantes. Após a ocupação ou construção de suas casas, lutam para obter os serviços públicos. Utilizam-se de um espaço para nele cristalizar seu tempo de trabalho, e nele encontrar um lugar para morar, viver sua condição de trabalhador de uma cidade. São os produtores e os consumidores da cidade que a desbravam.
- Há os que vêm depois dos equipamentos: podem pagar por essa mercadoria nesse lugar. Usufruem dessa cidade produzida, pagando por ela.

Para a autora, é difícil separar os que produzem dos que consomem a cidade. É melhor separar os que lucram, os que usufruem, e os que vivem em arremedos de cidades. Em todos está presente o cidadão-consumidor, ou o consumidor-cidadão.

A questão espacial tem sido, enfim, retratada com frequência, do ponto de vista técnico-administrativo ou policial. As publicações referem-se, basicamente, aos déficits habitacionais, no que diz respeito à qualidade de vida da população.

O Prof. Joan Villá, coordenando o Laboratório de Habitação da UNICAMP. refere-se à atividade projetiva da Arqui-

tetura, afirmando que ela tem se transformado num conjunto de soluções questionáveis por confundirem, segundo o professor, necessidades e prioridades, e obscurecerem desejos e aspirações. Propõe, então, uma ação coletiva entre a arquitetura e usuários, e a integração entre a pesquisa e a prática arquitetônica, e as necessidades e desejos da população. Propõe, ainda, que o projeto, em relação à moradia, seja um instrumento libertário ao antecipar os anseios que todos têm sobre o espaço a ser edificado, construído, procedendo, assim, à construção do seu imaginário. No seu entender, o fazer tecnocrático, ao tentar eliminar os déficits habitacionais, tem amesquinhado a moradia, visando apenas um aspecto utilitário imediato (Revista Proposta nº 35). Muitas vezes, nem esse caráter utilitário prevalece acima das necessidades dos políticos de obterem votos imediatos.

RODRIGUES (1988) vê, na busca da solução do problema da moradia, um início do processo de compreensão espacial. Diz ser essa compreensão variável de indivíduo para indivíduo, caracterizando as condições subjetivas da condição de classe. A compreensão da produção espacial é resultado de trocas de experiências de grupos organizados e a população que, segundo a autora, de tão espoliados, não têm condições de refletir sobre as suas condições objetivas e subjetivas de existência.

Em nosso trabalho, tentamos perceber que tipo de reflexão fazem as classes subalternas nas suas moradias precárias. O fato de não serem ouvidas, geralmente, faz supor, às vezes, que nada têm a dizer, que não refletem, que não sabem di

zer da sua condição.

Ouvindo as mulheres da periferia de Belo Horizonte (município de Sabará), o que constatamos é que a dificuldade das suas condições objetivas e subjetivas é sentida em problemas gritantes e que são problemas específicos, particulares daquela população.

Ao tratarmos da casa como instrumento de construção dos sujeitos das classes subalternas, como instrumento educativo, percebemos que o espaço limitado urbano aparece como constitutivo de uma mentalidade e personalidade da periferia urbana. Isso se dá dentro de uma lógica que afirma que, morar precariamente, é "ser" precariamente.

RODRIGUES (1988) faz uma síntese da elaboração de Marcela Della Donne sobre as principais teorias relativas às cidades, onde diz ficar evidente que a especialização disciplinar não tem dado conta do urbano, extremamente complexo.

Para Rodrigues, as visões fragmentadas e parciais, têm sido constantes. Na maior parte das vezes, a cidade é entendida como um organismo ou um objeto em si: tem seu sítio, sua situação, sua função; está inserida numa rede de cidades, e ocupa um lugar na hierarquia, de acordo com essa inserção — levando-se em conta sua produção e consumo. Costuma-se dizer: a cidade é pobre, a cidade tem problemas de saneamento... A população é, em geral, uma abstração. O aspecto do crescimento populacional, as suas atividades profissionais, seus locais de moradia, a forma como se estruturam seus espaços, são em geral vistos como aspectos não relacionados.

A autora procura, ainda, ressaltar a presença dos "excluídos" dos equipamentos e serviços coletivos, da habitação, daqueles que são muitas vezes considerados como propagadores de doenças físicas e da degradação moral — uma outra versão para as "classes perigosas". Na idade clássica, a concentração da pobreza nas cidades era vista diferentemente, uma vez que a pobreza era vista como virtuosa, próxima de Deus, concentrada na cidade, passa a ser ameaçadora e perigosa. Isto evidencia a produção de outro viés. A medicina sanitária, com essa visão, passa a lidar com o fenômeno como foco de doenças, apontando a necessidade de regulamentar as condições de moradia, associando-se, para isto, à Engenharia Sanitária.

Os sanitaristas, médicos e engenheiros, vêem, então, o meio, como determinante da modelagem do comportamento do indivíduo à sociedade: lugares fétidos, escuros e promíscuos, com gente amontoada, degeneram o homem ou, pelo menos, não formam homens capazes; enquanto lugares arejados e iluminados, separados, formam homens sadios. Instituem-se falas de especialistas sobre as cidades. A promiscuidade é vista como uma doença social, uma ameaça à saúde pública. O meio não é mais o físico, mas o social. O homem é o produto do meio social que precisa de saneamento.

Quando a cidade deixa de ser considerada nociva ao corpo e à alma do homem, são os pobres os responsáveis pela contaminação da moral e da saúde.

Em São Paulo, no fim do século XIX e início do sécu

lo XX, o tipo de habitação proposto para sanear a cidade é a miniatura de casas burguesas, com tamanhos sempre menores, mas com separação em cômodos, para evitar a promiscuidade no interior da moradia. Isolam-se, também, as casas entre si. Fica evidente o princípio de cada um no seu lugar, no tamanho e na forma propostos pelo poder instituído e competente para ditar as normas.

Para as nossas análises, contamos com um modelo de moradia existente num local onde a densidade residencial é bastante alta, onde se vive coletivamente. A moradia é posta, assim, como o lugar onde se materializa uma forma de coletivo. Destacamos a moradia como um local de materialização desse coletivo, onde os grupos populares se aglomeram compulsoriamente, trabalham e desenvolvem as relações humanas.

A vida cotidiana das classes subalternas, nessas moradias precárias, implica a construção das identidades, na constituição de sujeitos também nesse espaço. Essas construções dar-se-iam num processo dinâmico, configurando um conjunto de momentos do processo histórico, onde as classes subalternas, através de avanços e recuos, ora se aproximam, ora se distanciam desse objetivo. (NORONHA, 1982)

Outros autores ligaram a casa, a moradia, de formas diversas à formação da subjetividade humana. BACHELARD (1978), o fez através da "Poética do espaço", que abrange, em muitos pontos, inclusive do que ele chama de "Topoanálise", aspectos relacionados à Psicologia e à casa. Para ele, "A casa está fisicamente inscrita em nós; ela é um conjunto de hábitos

orgânicos" (p. 206). Através de uma visão fenomenológica e de algumas críticas ao reducionismo psicológico, o autor analisa a relação entre a casa e os valores humanos:

"Essa transposição do ser da casa em valores humanos pode ser considerada como uma atividade de metáforas? Não haverá mais nada além de uma linguagem carregada de imagens? Como metáforas, um crítico literário as julgaria exageradas. Por outro lado, um psicólogo positivo reduziria imediatamente essa linguagem carregada de imagens à realidade psicológica do medo de um homem enclausurado em sua solidão, longe de toda solidariedade humana... Mas o complexo realidade e sonho nunca está definitivamente resolvido. A casa, mesmo quando começa a viver humanamente, não perde toda a sua objetividade." (p.228)

Os dados dos testes projetivos, em Psicologia aplicada, apontam para essa forma de transposição de valores humanos para a casa. De certa forma, confirmam a construção de uma subjetividade que é definidora na relação do homem com a casa.

HELLER (1975) coloca em destaque o fato de a casa ser um ponto fixo no espaço para o qual se volta sempre. Isso faz com que a mesma forme parte da vida cotidiana dos homens. Esta mesma casa não é, na sua concepção, o edifício, simplesmente, a habitação ou a família. Há pessoas que, mesmo sendo proprietárias de uma habitação e possuindo uma família, não têm casa. Para elas, o conhecido, o habitual, são necessários para criar um sentido de familiaridade, mas não esgotam a categoria casa. É preciso que exista também o sentido de segu-

rança e "ir para casa" significa mover-se em direção a um ponto fixo no espaço onde nos esperam coisas conhecidas, habituais, a segurança e uma forte dose de sentimento.

Além da complexidade apontada por Heller com relação à categoria casa, no caso da moradia precária devemos acoplar a complexidade dessa categoria à noção de carecimentos desenvolvida por Heller. Para a autora, "carecimentos radicais" são todos os carecimentos nascidos na sociedade capitalista, mas que, como citamos anteriormente (p. 3), não podem ser totalmente satisfeitos dentro dos limites dessa sociedade. São fatores de superação da sociedade capitalista. (HELLER, 1982, p. 133)

A sociedade, no seu processo de desenvolvimento, cria, então, esses carecimentos, que nos parecem trazer a conotação das contradições geradas pelo avanço social. A noção dos carecimentos parece trazer, intimamente ligada a si, algo que vai além da necessidade material, à qual daríamos o nome de "fator subjetivo".

Os carecimentos promoveriam as necessidades de mudanças, já que não poderiam ser satisfeitos no âmbito da forma social que os gerou. No caso do sistema capitalista, no seio da sociedade de classes, são gerados, além dos carecimentos materiais ligados à materialidade da sobrevivência, outros carecimentos ligados à qualidade da existência humana: a livre individualidade e a comunidade.

Os carecimentos estariam relacionados tanto ao consumo quanto à produção. O fato de se referirem à produção, não quer dizer que se refiram à produção socialmente necessária,

mas a todas as atividades humanas. Por um lado, existem carecimentos referidos de modo especial à produção, que só podem ser satisfeitos através de meios materiais. Mas nem todos os carecimentos referidos às atividades humanas, são referíveis a produtos materiais: alguns referem-se à vida social. Portanto, nem todos estão ligados à produção material da sociedade.

HELLER (1982) não defende a idéia de que se deve escapar à objetividade. A idéia de que não se deve assumir nenhum comportamento voltado para a transformação social da realidade, é co-responsável pelo imobilismo. Se agimos, somos responsáveis pelo que deixamos de fazer ou o que não fizemos.

Buscamos focalizar a moradia como essa complexidade — meio de consumo coletivo, um carecimento surgido no âmbito da sociedade e que, ao mesmo tempo em que busca a sua superação, é também chamado a exercer uma funcionalidade no sistema social. Ao mesmo tempo em que obriga à prática da vivência coletiva, impede o desenvolvimento de atividades básicas de sobrevivência das classes subalternas. Avaliamos, portanto, o nível concreto da vida cotidiana e também o seu nível simbólico. A forma de experienciar, vivenciar essa moradia, é o caminho adotado.

Devemos, ainda, relacionar a casa como um dos elementos da vida cotidiana. HELLER (1982) define a vida cotidiana como a vida do homem comum, de todo homem. Todos a vivem, sem exceção, e já nascem inseridos numa cotidianidade. São herdeiros de uma cotidianidade. Ninguém pode se desligar totalmente dos costumes ou da cotidianidade, e nem viver só

a cotidianidade. Ao participar da vida cotidiana, o homem o faz com todos os aspectos da sua individualidade e personalidade. Nela funcionam todos os sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias e ideologias. Fazem parte da vida cotidiana todas as atividades através das quais o homem reproduz a si mesmo para reproduzir a sociedade.

Assim, a casa, como unidade produtora (dos sujeitos) e reprodutora, faz parte da vida cotidiana e é importante no sentido de assegurar a reposição do desgaste físico e reduzir o custo de reposição da força de trabalho. (QUIROGA, 1982)

Os fatores da vida cotidiana são determinantes dos comportamentos das classes sociais, e são constitutivos, também, da sua forma de ser. A casa, fazendo parte da vida cotidiana, na sua forma particular de existir socialmente, determina os comportamentos dos sujeitos, sendo portanto constitutiva do fazer e do ser desses sujeitos. Através de meios utilizados como formas alternativas de sobrevivência, parece ir se construindo a identidade das mulheres das classes subalternas, também em função da sua moradia precária.

2. EM TORNO DA IDENTIDADE

A noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal ou individual, e a social ou coletiva. OLIVEIRA (1976)

mostra que sociólogos e antropólogos têm trabalhado a noção de identidade, mostrando como ambas, a social e a pessoal, es tão interligadas, permitindo que se coloquem como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização.

O nível individual, onde a identidade pessoal é objeto de investigação por psicólogos, o nível coletivo é o pla no onde a identidade social se realiza. A importância de tomar a identidade como um fenômeno bidimensional, permite a in corporação dos estudos psicológicos, especialmente relevantes para a descrição dos processos de identificação. Esses mecanismos refletem a identidade em processo, sua formação.

A identidade social surge com a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal. São em partes, em princípio, dos interesses e funções de outras pessoas, em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. Os conceitos de identidade pessoal e social possuem um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais, tanto quanto um código de cate gorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas rela ções.

LANE (1984) relaciona a identidade social à maneira de cada um relacionar com os outros, sendo características que foram apreendidas nas relações grupais, sejam familiares ou de amigos, através do desempenho de papéis diversificados. Nes sa diversidade vai-se descobrindo e se formando também o indi

víduo singular. A identidade social seria, então, definida por um conjunto de papéis desempenhados, que visariam atender basicamente a manutenção das relações sociais representadas, no nível psicológico, pelas expectativas e normas esperadas pelos outros. Nesse sentido, os papéis exercem uma mediação ideológica, criando a ilusão de que são papéis naturais e necessários, e que a identidade é consequência da livre opção dos sujeitos. De fato, as condições sociais decorrentes da vida material, determinam em muito esses papéis, e também a identidade social.

A formação da identidade social e de traços de personalidade como internalização das relações sociais vividas, pode ser tratada em relação às moradias precárias. A luta pela moradia, sua construção, a forma coletiva de habitação, a precariedade de móveis e utensílios e de espaço, poderiam interagir na formação de traços funcionais à manutenção do sistema que produz essas mesmas condições.

O que se apresenta não é uma relação causa-efeito imediata, entretanto. A subjetividade – expressividade humana que é capaz de se objetivar – é o elemento mediador entre as condições materiais e a produção da existência humana. Exerce um papel na manutenção ou não da funcionalidade do sistema social e político. Quando as classes subalternas são afastadas do consumo de uma forma de moradia, são afastadas também dos condicionamentos sociais ligados a esses consumos. Ao se afastar esta população de determinados itens de consumo, afasta-os também de um determinado estilo de vida.

Se imaginarmos que o homem é só sua identidade social, e que esta é resultado de opções que ele faz devido à constituição bioenergética ou temperamentos, sem examinarmos as condições sociais através das histórias pessoais que foram determinando a aquisição de certas características que o definem, estaremos reproduzindo o que é previsto e esperado. Ao questionarmos como a história individual é determinada pelas condições históricas daquele grupo social, poderemos constatar que, ao nível ideológico, há uma reprodução de certas ações como naturais. Quando se parte desse questionamento para se chegar às razões históricas da sociedade e do grupo social a que pertencem as pessoas, é que há uma explicação para as ações dos indivíduos e, aí, eles desenvolveriam a consciência de si mesmos. Essa consciência poderia alterar a identidade social na medida em que os grupos que definem os sujeitos, possam ser questionados quanto às suas determinações e funções históricas.

BRANDÃO (1986) aponta o fato de a categoria identidade existir entre áreas limítrofes. Para psicólogos podendo ser, por exemplo, o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu, de uma realidade individual que a cada um de nós torna diante dos outros eus, um sujeito único e que é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade.

Para o autor, identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por ter de se estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não

construir por conta própria o seu mundo de símbolos e no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, o povo. Identidades são mais do que isso: não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. A construção de imagens com que os sujeitos se percebem, passa pelo emaranhado de suas culturas no ponto de interseção com suas vidas individuais. A sua própria condição – povo – engendra a necessidade da luta pela sobrevivência e nessa luta incluem-se os símbolos que preservam uma identidade de minoria, de dominado, mas, de qualquer modo, uma identidade própria, como veremos, construída não apenas por oposição à maioria dominante, mas, também para se opor a ela, estabelecendo a diferença.

Examinando a identidade e sua relação com o espaço, RODRIGUES (1988) diz ser necessário compreender que a luta na esfera do consumo é parte da luta na esfera da produção. Essas lutas inserem-se na luta maior pelo direito à cidadania. Através da constituição dos sujeitos coletivos, que se compõe de lutas, de resistências, afirma ter construído aspectos de sua própria identidade. Conclui ainda que o conhecimento científico só tem sentido se for uma contribuição à libertação da classe trabalhadora. Neste ponto, retomamos BRANDÃO (1986), e observamos que os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma imagem viva que, aos poucos, se constrói ao longo de experiências de trocas com os outros: mães, pais, a família, a parentela e as sucessivas ampliações de outros: outros sujeitos in

vestidos de seus nomes, posições, regras sociais de atuação. A vida social recobre o quadro das trocas afetivas que, desde o começo da vida da criança recém-nascida, vão edificando, "tijolo a tijolo", a sua identidade através de estruturas culturais e dos mecanismos de que toda a sociedade lança mão para controlar e codificar o cotidiano da vida de seus membros.

CASTILHO PEREIRA (1990) adota, em seu trabalho, a definição de FREIRE COSTA (1989);

"Identidade em termos puramente descritivos é tudo aquilo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por oposição àquilo que se percebe ou enuncia como não-eu (aquilo que é meu; aquilo que é outro, aquilo que é do outro). A identidade, entretanto, não é uma experiência uníforme, pois é formada por sistemas de representações diversos. Cada um desses sistemas corresponde ao modo como o sujeito se atrela ao universo sócio-cultural (...). As diversas representações do sujeito possuem regras de formação e manutenção, baseadas em normas que o orientam no cumprimento e julgamento de seu desempenho identificatório." (p. 22)

Para FREIRE COSTA (1985), existem várias identidades que são sistemas de representações do sujeito, e que possuem regras de formação e manutenção, baseadas em normas que as orientam. A identidade psicológica diferencia-se das demais, por se apresentar ao sujeito como aquilo que não é apenas atributo do seu eu, ou de alguns eus, mas o traço identificatório comum a todos os eus. É o sistema de representações que se mostra à consciência do sujeito como um predicado universal e genérico, definidor por excelência do humano. São aque-

las representações fixadas historicamente como trans-históricas ou como invariantes culturais. Seu poder normativo é, portanto, mais acentuado que o dos outros sistemas identitários (por exemplo, a normalidade, a heterossexualidade).

Ao tratarmos a construção da subjetividade, devemos ter em conta idéias ligadas ao conceito de identidade. Inicialmente, pensávamos em abordar a questão de forma mais ampla. A especificidade do trabalho com mulheres e a leitura de alguns textos, encaminharam-nos para a colocação da questão da identidade. Num desses textos, CIAMPA (1984) afirma que a pergunta "Quem sou eu?" encerra a questão da identidade. Essa questão é respondida para além do substantivo, o nome próprio - "eu sou fulano". Vai além do verbo também, da ação, o que faço. Para o autor, é importante captar não só o lado representacional da identidade (o nome próprio), mas também os aspectos constitutivos dela. A identidade é um fenômeno social em constante mudança, para usar sua expressão em "metamorfose". Mostra, assim, a identidade como um processo, um movimento, um fazer-se, e aos outros, constante.

Como Ciampa, entendemos a identidade como um processo social, um fazer-se constante, que vai definindo os sujeitos humanos em diversas fases de sua vida. A identidade não é algo que se faz, se constrói e está pronta e acabada, mas, algo que está presente e se fazendo, se negando e se afirmando no decorrer da existência humana: está se construindo.

Como uma das categorias fundamentais da Psicologia Social, a identidade que resulta de uma construção social, es

tá essencialmente vinculada à dimensão social da realidade dos sujeitos. Para o autor, é lícito dizer que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo em que reagem sobre ela conservando-a ou transformando-a. Geralmente, a identidade é vista como algo que se produz, e não algo que se constitui no produto de um permanente processo de identificação; aparece como um dado. Entretanto, na verdade, ela é um dar-se constante que expressa o movimento do social.

O processo de construção da identidade busca a construção do sujeito humano. Essa construção vai-se dando através de uma prática social e política e, também, da forma cotidiana de responder às questões sociais que são apresentadas aos sujeitos humanos em construção.

A forma de construção da identidade social, entendida como processo dinâmico que se inicia com a vida das pessoas, exercerá assim uma intervenção na sua forma de ser sujeito social, também em construção. As relações formadoras que vão ocorrendo nos locais sociais, vão determinando as identidades dos sujeitos e suas ações. A relação entre o individual e o social, está presente nessas dimensões. Assim como as respostas das mulheres fazem-se marcar por sua individualidade, trazem a marca da classe social. Dentro da utilização da casa, vão recriando uma forma própria de ação.

A situação das mulheres diferencia-se, também, e a partir disso. A mulher como administradora de uma casa "sem recursos", na sua relação orgânica com essa casa, desenvolve sua identidade com nuances diferentes daquela construída pelo

homem-trabalhador.

A individualidade, que é o aspecto dos sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos e paixões, idéias e ideologias com que o sujeito participa da vida cotidiana, é um dos fatores que interagem nessa situação social, no sentido de constituir a identidade daquelas mulheres.

A questão da identidade que se encerra, também, na pergunta "Quem sou eu?", vai sendo respondida cotidianamente pelas mulheres das classes subalternas. As respostas são comportamentos sociais que vão compondo, formando e modificando uma identidade social da mulher da periferia, habitante das moradias precárias.

Elas se queixam da falta de liberdade e da falta de espaço. Recebem e prestam ajuda mútua em situações semelhantes. Acreditam em possibilidades, têm esperanças, vislumbram um futuro melhor. O tempo tomado pelo trabalho, que inviabilizaria o desenvolvimento de uma relação mais afetiva é, em parte, compensado pela proximidade física, ainda que obrigatória, devido ao reduzido espaço físico.

DAYRELL (1989) aponta o "mundo da casa" como o espaço onde vão sendo socializadas as regras de solidariedade, os laços afetivos. Como espaço também emocional, dos afetos, há aí também as violências e as tensões. Efetiva-se, assim, esse mundo, como um espaço ambíguo para o autor, apesar da sua função educativa.

CAPÍTULO III

A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

1. METODOLOGIA

Realizamos um estudo de caso, onde nossa atenção, como pesquisadora, volta-se para a especificidade das pessoas pesquisadas. Não se trata de um estudo preocupado com amostragem, nem com a quantificação dos achados, o que não quer desqualificar esse aspecto neste e em outros trabalhos.

Como afirma PATTO (1987), consideramos, também, que há uma forma alternativa de entender o lugar e o significado do "caso"; de entender a relação entre o particular e o geral, "as conclusões são e não são válidas apenas para o caso particular analisado". Dessa perspectiva, trata-se de um estudo representativo.

O universo desta pesquisa é a população pertencente às classes subalternas. Esta focalização constitui não só uma opção pessoal, mas retrata, lembrando BRANDÃO (1986), o momento social da educação popular, mostrando a passagem de um modelo de educação com referência em si mesmo, para uma prática cujo ponto de referência são os grupos populares, os movimentos sociais, os movimentos de classe na comunidade. O momento social aponta, pois, para um começar pelo conjunto de valores e conhecimentos populares.

A população estudada foi a de General Carneiro — mu

nicípio de Sabará. A realização da pesquisa nessa localidade, baseia-se também em trabalhos anteriores, desenvolvidos por nós junto a essa comunidade, durante 5 anos, o que proporcionou uma aproximação maior e, por certo, favoreceu as relações sociais travadas durante a pesquisa.

Dado o caráter do estudo, a abordagem foi a qualitativa. A preocupação metodológica era conhecer, em maior profundidade, uma realidade, e não verificar hipóteses. Procuramos entender os fenômenos psicossociais numa dimensão histórica, e o indivíduo no conjunto das suas relações sociais, determinadas pela realidade social das relações de produção.

A técnica básica utilizada, foi a de entrevistas semi-dirigidas, onde às vezes surgiam itens de investigação livre. O critério para a realização da entrevista, era a situação da moradia. Foram selecionadas como universo da análise, as populações residentes nas moradias precárias, e indicadas famílias residentes nas regiões de Vila Rica, Pangaré, Marzagânia. A maioria das famílias foi indicada pelas moradoras do bairro, com as quais havíamos trabalhado anteriormente.

A coleta de dados foi feita pela pesquisadora (entrevistadora). Pensávamos, inicialmente, entrevistar os homens e as mulheres, porém, era bastante difícil encontrá-los no horário diurno, já que a maioria fazia trabalho externo nesse período. A percepção de uma relação mais direta das mulheres com a casa, também indicou essa opção.

O primeiro contato foi estabelecido na forma de um estudo-piloto, com o roteiro do Anexo I, que foi posteriormen

te reformulado para facilitar a realização da entrevista, e não para ser seguido como um questionário. O estudo-piloto foi realizado com duas mulheres moradoras na região, mas não pertencentes à amostra. O objetivo era mapear a problemática a ser abordada, e testar o roteiro para observar a possibilidade de este ser uma referência nas entrevistas a serem realizadas.

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 1989, nos meses de janeiro e fevereiro. Os contatos eram feitos com a apresentação da pesquisadora e a explicação do objetivo da pesquisa. Era solicitada a permissão para gravar a entrevista.

Nossa análise pretendeu travar um diálogo com os depoimentos e falas dessas mulheres, e algumas teorias e interpretações a respeito do tema. Buscou ser o aprofundar de uma discussão sobre a questão da moradia, que vem sendo abordada por alguns autores e entidades organizadas da sociedade civil. Pretendíamos enfocá-la sob a ótica das populações das classes subalternas nos aspectos também das subjetividades presentes, que são constitutivas da identidade e do "ser mulher".

As mulheres entrevistadas foram disponíveis para responder à pesquisa, apesar de a grande maioria parecer estar ocupada com tarefas da casa. Essas tarefas eram, a partir da disponibilidade das entrevistadas, adiadas para serem realizadas duas horas depois — tempo geralmente gasto para a entrevista. Em algumas casas, foi necessário voltar em outro dia, já que, naquele momento, não havia disponibilidade das mulhe-

res, devido aos trabalhos domésticos. Os contatos foram gravados e, posteriormente, as fitas foram transcritas pela entrevistadora. Em princípio, todas as entrevistas seriam realizadas com mulheres, donas de casa, porém, durante as mesmas, houve manifestações espontâneas de crianças e outras pessoas, além das donas de casa.

2. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO

Como dissemos anteriormente, o fato de já conhecermos parte do bairro, também determinou a escolha do mesmo. O bairro de General Carneiro faz parte do município de Sabará, que é um dos que compõem a chamada Grande BH. A forma de acesso a General Carneiro é pela BR-262, que liga Belo Horizonte a Sabará. Antes do bairro propriamente dito, atravessamos o bairro Nações Unidas, que foi formado a partir da construção de casas populares para funcionários públicos. Assim, General Carneiro ampliou a periferia de Belo Horizonte.

O bairro de General Carneiro possui, segundo a população, sub-divisões em vilas, locais onde realizamos nossa pesquisa. Em geral, apresenta uma topografia acidentada, com muitos morros e buracos. Ao chegarmos, observamos a extensão da via ferroviária que transporta tanto o minério como os passageiros, localizada à margem do Rio das Velhas, que é muito poluído, na região.

A topografia irregular faz com que vários atalhos passem a desenvolver a função de ruas para os moradores, mesmo que inicialmente estejam cobertos por matos, como as moradoras explicam em texto publicado anteriormente (Cadernos de Educação Especial nº 2). Os esgotos a céu aberto, os morros onde se localizam os barracos, compõem a paisagem.

O bairro caracteriza-se como uma região-dormitório, onde a grande maioria dos habitantes sai para um trabalho em outros locais e volta à noite. O acesso dos moradores aos bens de consumo é precário: faltam água encanada, esgotos, ruas calçadas. Os serviços de transportes são deficientes, gerando enormes filas e aglomerações (ônibus e trem). Na região, várias famílias dividem o mesmo lote, por cessão ou aluguel, e há casos de famílias com vários membros vivendo em um único cômodo.

Considerando o transporte como parte da condição de moradia, por permitir o acesso a ela, observamos que a precariedade desse serviço, no local, dificulta, ainda mais, a já difícil situação dos moradores do bairro. Os ônibus que fazem o percurso até o local, têm o seu ponto final em frente à linha do trem de ferro, onde tem início o bairro. Ao chegar a esse ponto, deve-se adquirir, numa pequena cabine próxima, o bilhete para o ônibus auxiliar – o "poeirinha", como é chamado pelos moradores. O "poeirinha" sobre o morro principal que dá acesso ao bairro, deixando as pessoas já nas vilas, mais próximas às suas casas; algumas outras ainda têm muito o que andar a pé até chegar em casa.

A esperança de melhoria dos serviços públicos dos bairros está também presente no cotidiano e nos depoimentos das mulheres:

"Eu penso que vai melhorar prã gente o ônibus nessa linha aí, né. Grupo, né. Isso aqui tá precisando, eu acho que precisa. (...) Que rede de água tem prã gente... e o telefone, nem o grupo tem. Eu acho que precisava fazer yma campanha, juntar um povo, né, uma lista, pedir um tele_fone prã aqui, né."

A situação de necessidade para a população vai, assim, além da questão do transporte. Contudo, esta se coloca como fundamental, na medida em que favorece o acesso a outros locais e a movimentação da população, não só em direção aos locais de trabalho, mas também em direção ao bairro.

À medida em que o "poeirinha" sobre o morro (rua íngreme, calçada e principal acesso à maioria das casas), a pobreza vai-se mostrando, até chegar a uma região paradoxalmente chamada Vila Rica. Nas várias vezes que nos utilizamos desse serviço, pudemos observar o grande número de crianças em idade escolar ali dentro. Muitas dessas crianças carregavam sacolas, ajudando mulheres, ou caixinhas de isopor, vendendo picolés ou, simplesmente, desfrutavam do passeio naquela "máquina" que destoava um pouco do ambiente. Às vezes, quatro ou cinco crianças ocupavam o mesmo banco no ônibus. O fato comum a todas essas crianças é que estavam descalças, com os cabelos despenteados e sujas. Havia, ainda, as mulheres com crianças pequenas no colo e com sacolas, homens suados (a pesquisa

foi realizada no verão), dependendo do horário, e algumas professoras que iam para a escola estadual situada no alto do morro.

Geralmente o ônibus ia cheio, com várias pessoas de pé, fazendo um trajeto por ruas esburacadas e empoeiradas, sem calçamento, ruas de terra vermelha. O cheiro de suor, bastante forte dentro do ônibus, exalava por todos os lados. O movimento fazia com que a poeira entrasse pela janela, justificando o apelido que o povo lhe dá. O "poeirinha" sai com intervalos de, em média, uma hora. Mas, devido à irregularidade das saídas, a subida do morro era feita a pé por muitos moradores. Nas várias vezes que tivemos que realizar esse trajeto a pé, perguntávamo-nos como era possível enfrentar aquela situação todos os dias e, em alguns casos, várias vezes por dia. Subindo, tínhamos a impressão de que, a qualquer momento, não conseguiríamos manter o equilíbrio do corpo, tal a inclinação do morro. Era extremamente diferente a forma de os moradores dali realizarem aquele trajeto, se comparada à nossa. Eles não pareciam ter qualquer receio, e não faziam pausas na subida: realizavam o trajeto de uma só vez, sem parar.

O bairro apresenta as dificuldades comuns aos bairros periféricos das cidades. A dificuldade com os bens de consumo coletivos, em condições indignas, quando existem, assemelham-se a vários outros bairros. Junto às práticas cotidianas da população, a fé religiosa reforça-se na busca do trabalho e de melhores condições de vida no bairro:

"Eu acho que as coisas vão melhorar mais prá nós, porque Deus é bom pai, né. Eu acho que daqui a mais uns 10 anos por aí, eu acho que vai melhorar, né, que Deus falou, né: tarda mas não falta. Eu acho que as coisas não vai ficar do jeito que tá não. Serviço prá esses menino menor, não tem serviço prá eles. Vai trabalhar tem que ter identidade. Eu acho que eles deve arrumar mais grupo (escola) prá por criança, né, prá ficar mais adiantado. Um armazém prá gente que aqui precisa, né."

Na busca por melhorias nos serviços do bairro, surgem situações como a citada acima. Ora as moradoras voltam-se para uma ação de todos para a consecução do objetivo — *"Eu acho que precisava fazer uma campanha, juntar o povo, né"* — e apontam alguns serviços que já existem (como expressa o depoimento), ora voltam-se para a fé — *"Deus é bom pai..."* — e apontam essencialmente o que falta. Em nosso entender, essas posições fornecem dimensões da organização dos moradores nas lutas cotidianas por melhorias no bairro e a dificuldade da organização, também, dessas lutas junto ao poder público.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A amostra inicial, constituída por 15 famílias, estava assim distribuída, com relação à situação habitacional:

- 26,8% residiam em unidades habitacionais próprias;
- 40,0% residiam em unidades habitacionais de familiares (unidades familiares);

- 26,6% residiam em moradias alugadas;
- 6,6% residiam em moradias emprestadas (cedidas).

Com relação ao espaço interno dessas moradias, fizemos uma estimativa com base na simples observação, a fim de evitar constrangimentos para as moradoras. Das estimativas de metragem, ficou constatado que:

- 80,0% residiam em ambientes com metragem inferior a 5 metros quadrados;
- 20,0% residiam em ambientes com metragem entre 10 e 12 metros quadrados.

A divisão do espaço interno mostrou a seguinte porcentagem, por número de cômodos:

- 40,0% das entrevistadas residiam em 1 cômodo;
- 40,0% residiam em 2 cômodos, sem separações formais (portas);
- 20,0% residiam em mais de 2 cômodos, sendo que nem todos contavam com separações formais.

Do total das famílias entrevistadas, 100% auferia renda familiar inferior a 5 salários mínimos. Desse percentual, 80% auferia uma renda inferior a 3 salários mínimos. O valor que tomamos como base para o cálculo, foi o salário mínimo de fevereiro de 1989.

O trabalho das mulheres, que consistia de ocupações formais e informais em relação ao mercado, ficou assim distribuído:

- 86,6% exerciam a ocupação única de "donas de casa", sendo que, mais da metade delas, apesar de se declararem somente donas de casa, exerciam trabalhos remunerados em casa, a fim de assegurar ou compor o orçamento familiar;
- 13,4% eram donas de casa e mantinham um vínculo formal de trabalho fora de casa.

As famílias das mulheres eram compostas da seguinte forma:

- 13,4% compunham-se de mais de 10 membros;
- 40,0% compunham-se de 5 a 7 membros;
- 26,6% compunham-se de 3 membros;
- 20,0% compunham-se de 1 ou 2 membros.

Esses dados, associados aos referentes ao número de cômodos, dão-nos a idéia da alta densidade residencial da população pesquisada. As mulheres colocaram-se para a nossa pesquisa, como sujeitos destacados. São mulheres que moram em barracos, construídos lentamente, aos poucos, com material que é sobra, com esforço. O indivíduo mulher tem, assim, a sua individualidade irreduzível ao indivíduo masculino. A falsa universalidade que afirma a identidade jurídica entre ambos, é resultado da ideologia agindo. O homem das classes subalternas é diferente das mulheres dessa classe.

A diferenciação do indivíduo-mulher e do indivíduo-homem não impede que ambos possam perceber a sua especifici-

dade de opressão, como membros das classes subalternas. Podem, então, afirmar o seu direito legítimo de não esperar do desenvolvimento socializado das forças produtivas a sua própria libertação. Esboçam claramente, em suas falas, a diferenciação da mulher e nem sempre de forma tão clara, a opressão de ambos — homem e mulher das classes subalternas.

"Os meninos ficam brincando prá lá, eles é muito uns vai brincando prá lá com os outros. Vai entretendo prá lá, eu quase nem pego menino... meu marido fica... fica rodando por fora mesmo (da casa?) que não tá trabalhando, né. Não faz mais nada não. Home cê sabe que é folgado mesmo, né, não é que nem a vida da gente, né. Nossa Sra., mãe de Deus, tem dia que eu falo ô, meu Deus, por que que Deus pôs tanta mulher no mundo, que sofrimento..."

Assim, as mulheres agarram-se ao trabalho da casa: ele é a fuga do seu sofrimento. O homem desempregado, expulso do seu mundo do trabalho, fica rodando "por fora", parecendo não se adaptar ao mundo determinado para o trabalho da mulher, que o exclui.

As mulheres, donas de casa, são uma espécie de suporte da produção do marido, além da própria produção na esfera doméstica. Muitas se levantam às 5 horas da manhã para prepararem as marmitas, cafés e lanches, que os "trabalhadores da casa" (pais e filhos) levarão para o dia de trabalho. Alimento que os produz e reproduz enquanto homens e força de trabalho.

O peso do trabalho externo e masculino, trabalho do

homem na sociedade capitalista, é evidenciado pela preocupação da mulher em produzir as condições necessárias à sua realização, mesmo na casa precária. Assim vai-se consolidando o papel da mulher cumpridora dos seus deveres.

"Eu levanto é mexendo com mamadeira, fazendo mingau, depois é que eu vou fazer o café. (O marido) sai todo dia quatro e meia. Aí vou lidando, igual tô lidando, até tarde. Vai limpando uma coisa, lavando vasilha, lavando roupa, papelada no banheiro..."

As ligações de trabalho predominantes são as informais. As mulheres, mesmo se colocando como donas de casa, exercem, muitas vezes, uma atividade remunerada que compõe ou assegura o orçamento familiar.

"Aqui é aquela lida mesmo. Eu levanto é 6 horas, né. Seis horas eu levanto, tem que arrumar marmitta pros que vai trabalhar, aí já começo a lida, é lavar uma roupa, é lavar vasilha, aí tem que continuar o dia inteiro a lida lavando roupa. Lavo roupa toda semana lavo roupa de quatro pessoas prá fora (quatro famílias). Lavo uma trouxa por dia. Mas eles tá pagando barato... Eu falei com elas, né. Diz elas que vai ver se dá um jeito prá aumentar que tá muito pouco demais. Agora a outra dona aqui em cima, não, eu lavo prá ela toda segunda-feira eu lavo roupa prá ela, ela me paga mil cruzeiros por dia (na época, cruzados)." (O marido desta entrevistada estava desempregado)

Quando não estão desempregados, a área predominante de trabalho para os homens, é a construção civil, que geral-

mente denominam: "braçal". Para as mulheres, o trabalho continua sendo a casa, o trabalho como doméstica.

"Eu trabalhei em casa de família muitos anos."

"Eu tava trabalhando de doméstica até agora, mas tava ganhando uma mixaria de 12.000 cruzeiro, tava trabalhando quatro dias na semana. Já tem 22 anos que eu tô com eles. Quando saiu a lei deles assinar carteira, eles me enrolou, falou comigo ô, se alguém vim fazer pesquisa mesmo cê fala que você mora comigo - assim como se eu morasse de favor, não trabalhasse, né."

Tanto os homens como as mulheres, vêm-se empenhados em trabalhos ligados a outra casa, que não a sua própria. Eles reafirmam, como acima, a realidade de opressão da classe subalterna - mulheres e homens.

"Agora, depois que nós veio prá cá, agora de vez em quando ele trabalha, é assim servente. Não é fichado não. Um dia vai trabalhar, dois, três dias; o serviço acabou, pára."

Algumas mulheres, além de conciliarem a criação dos filhos com o trabalho doméstico, buscam soluções alternativas dentro da casa, desenvolvendo, como trabalho externo, a lavagem de roupas, a costura. Somente uma das entrevistadas tinha máquina de costura em casa (em 1 cômodo); outras mostraram o desejo de aprender corte e costura.

"Eu trabalho aqui vendendo roupas usadas, é onde eu conserto aqui e vendo. Com pro a meia e vendo na praça dia de domingo... é onde eu tiro o meu sustento."

As mulheres permanecem na casa durante o dia e à noite. Desenvolvem uma rotina diária de trabalho árduo, envolvendo as crianças e a vizinhança. A sua relação com a casa parece representar, em alguns casos, uma espécie de escravidão feminina, de um trabalho que é socialmente negado. Em outros, aparenta ser uma alternativa de fuga à loucura, um escravizar-se para não enlouquecer. Uma das entrevistadas, ex-"bóia-fria" que veio para a capital ou a cidade, em busca de "um conforto melhor", parece sentir, ao longo dos anos, o peso da existência da mulher das classes subalternas:

"Agora que dobrou o apertamento (cuida dos netos). Eles (os filhos) dá uma ajuda... uma ajudazinha... A lã de cima quando eu tô apertada aqui ela me ajuda lavar roupa e tudo. Favorece muito prá mim. Quando eu preciso de dinheiro prá comprar alguma coisa, apertada... ela me dá eu compro... Faço o almoço dô eles, um mucado vai prá escola quando tem aula, um mucado vai brincar. Continuo a tarde fazendo janta prá esperar os que tá trabalhando chegar. É aquela lida não pára não, é direto. Depois da janta todo mundo toma banho e vai dormir."

O trabalho das mulheres aponta para uma reflexão sobre a dicotomia mundo do trabalho e mundo da casa. Várias mulheres estão basicamente em casa no seu trabalho diário, apesar de, nas periferias, a inserção informal no mercado de trabalho ser uma constante. Torna-se questionável, nesse aspecto,

a constante separação entre a esfera da casa e a do trabalho. Sabemos que as mulheres desenvolvem em suas moradias atividades que, inclusive, asseguram o orçamento familiar (costureiras, lavadeiras). Sendo a casa uma dimensão fundamental para os setores populares, inclusive para a realização de trabalhos, não é inconseqüente a dicotomização casa-trabalho. Como afirmam PERROT (1988) e BOSI (1987), o trabalho doméstico, estando numa esfera diferente, na esfera da casa, não precisa ser remunerado.

Das mulheres entrevistadas, 93% são provenientes do interior do Estado. Vêm para a capital meninas, para trabalharem, geralmente, como domésticas. Elas apontam diferenças entre a vida da capital e do interior:

"Ah, eu acho que a bondade que tem aqui é que a gente acha muita ajuda, assim pros filhos da gente. Mesmo que sai, como custa de sair a gente não esquento tanto a cabeça como no interior, né. No interior a gente esquento muito a cabeça, né, porque né, tá num lugar... menino sai chego muito fora de hora em casa, né e aqui não tem isso, que sabe que se sair a polícia pega, né... Se ficar na rua fora de hora de menor eles não aceita. Não aceita de menor na cidade andando a tã. Eles não aceita andar sem documento e no interior não. Interior menino assim de 14-15 anos sai dançando por ali. Esperando o dia raiar. Não tem esses negócio de documento, esses negócio de polícia não. Aqui a vantagem que eu acho é isso. Fica com medo né e quando dá de noite tá todo mundo dormindo... E no interior não, no interior cê vê chega do serviço, esses maiorzinho já tava assim: toma banho - ô mãe vou na casa do fulano de tal; o que tem lá? Ah, mãe, um brinquedinho a tã lá. Ia saindo... E aqui não tem disso, que eles tem medo. Aqui chegou do serviço, arrumou, deitou, né. Ninguém vai sair."

A diferença entre capital e interior é mostrada, acentuando-se de forma positiva a ação da polícia na capital e, de forma negativa, as saídas para os bailes no interior. A polícia exerce um papel de controle sobre os filhos menores que têm medo de sair de casa à noite.

A utilização do pequeno espaço físico da casa (dois cômodos conjugados, sem divisórias) é aumentada, já que devem permanecer na casa. Da mesma forma, no interior, o espaço coletivo mais amplo é mais utilizado, criando formas de lazer para a população. O que entendemos é que ocorre uma inversão nessa visão. O estilo de vida urbano, no seu lado violento, parece transformar-se em algo positivo, sem haver um questionamento da necessidade ou da causa do controle policial, e da abordagem policial às pessoas da sua família.

Uma outra espécie de inversão envolve a saúde e diferenças físicas entre as crianças:

"Parece que os meninos do interior é mais inteligente, mais forte, uns menino que não tem problema né, pode tomar sol, pode tomar chuva, pode comer qualquer coisa, nada faz mal a eles. Esses menino daqui já é uns menino cheio de mumunha, não sei se é porque a gente é cismada com o lugar, né. Menino de interior é criado pela roça a fora, nada faz mal a eles, pode tomar chuva, pode tomar sol, passa da hora de comer, como na roça, né, muitas vezes passa da hora de comer."

A dificuldade de se atender às exigências da cidade, da capital, que impõe seus ritmos inclusive às crianças, é interpretada tal como a escola geralmente as interpreta, a-

tribuindo a dificuldade às limitações das crianças das classes subalternas. Além das diferenças apontadas entre a capital e o interior, há também as diferenças entre o centro e a periferia, e entre as periferias mais próximas e as mais distantes do centro:

"Eu gostaria mais de morar lá pro lado do Boa Vista, 1º de Maio é muito bom também. Nós viemos por causa que lá é muito ruim, por causa da luz... aí nós viemos prá cá."

Sobre a localização e as distâncias entre as periferias e a sua consequência social e política para aquela população, diz uma das entrevistadas:

"É muito desligado da cidade, numa encosta. A cidade é tão sem ligamento. Se ligasse aqui com Sabará ficava melhor... Assim não tem jeito de consertar não. Se fizesse uma comunidade boa e ligasse Sabará com General e ligasse a cidade aqui ficava melhor. A gente fica desvalido assim aqui não tem força. Sabará é o povo de Sabará, como a cidade lá tem mais força, aqui fica em falta."

Há uma percepção das regiões periféricas como mais isoladas, sem os serviços básicos de transporte, estradas de acesso pavimentadas. A situação está vinculada à forma contraditória de ocupação na periferia, que faz com que os moradores estabeleçam diferenças entre si. Os desbravadores e os outros...

"Quem tem condições melhor, mora mais embaixo, que chegou aqui mais antigamente, comprou lote mais em conta, já comprou mais embaixo, hoje ninguém igual eu, com esse salário meu, ninguém gumenta comprar um lote mais embaixo... Eu espero daqui uns 10 ou 12 anos melhorar aqui. Entrar água da Copasa (órgão público responsável pelo abastecimento de água no Estado), aqui pra gente na rua, que luz já tem, né. Eles arrumar essa rua mesmo pra gente poder passar a pé, que carro não vai passar aqui mesmo. Fazer uma estrada aí, passar acabar com esses matos aí, o matarel aí."

Com relação à escolaridade, o grupo pesquisado apresenta um nível de escolarização baixo ou inexistente. Do total, 73% são analfabetas ou semi-analfabetas (assinam o nome); 47% não sabem, inclusive, assinar o próprio nome. A justificativa para a falta de escolarização é o trabalho:

"Eu fui na escola, só fiquei pouco tempo porque né... precisava de... papai sempre, desde essa ocasião ele só vivia fazendo roça longe, né. Eu já tava maiorzinha. Fiquei só 3 meses na escola... Todo mundo fala que eu podia ter continuado. Tinha uma idéia tão boa! Fiquei 3 meses e saí da escola, sabia escrever meu nome, sabia lê o be-a-bã, o bc. Agora meu nome eu esqueci um mucado. Sô Maria (1º nome), que eu sei fazer, ler não leio quase nada."

"Sô sei assinar meu nome sô. Lã no interior o mais que a gente trabalhava é na roça, né."

"Nada, eu não sei nada de leitura... Ah, enfia é dedão."

CAPÍTULO IV

A MORADIA VISTA DO SEU INTERIOR

1. A CASA - SUA COMPOSIÇÃO

Nas visitas às casas, pudemos observar certas características presentes em várias delas. Algumas não tinham janelas, outras não tinham porta; as separações entre a rua e o interior eram feitas por cortinas de plástico.

Das moradias visitadas, 40% compõem-se de um espaço interno de único cômodo de 4 a 6 m², e 40% de um pequeno cômodo conjugado com outro, compondo, os dois, 6 m², sem porta divisória. Todos esses têm 3 ou mais habitantes, chegando alguns a 7 moradores por cômodo. Em 80% das casas, o único cômodo faz as vezes de dormitório, cozinha e sala.

Essas casas, geralmente cobertas por telhas de amianto, utilizam-se de portas de segunda mão, sem fechaduras ou trincos - algumas com frestas de 10 cm embaixo, atrás das quais as pessoas dormem.

A construção das casas se faz através de paredes finas de 1 tijolo sem reboques por fora, ou de compensados e madeira. Muitas vezes são de "parede-meia" com outro barraco, isto é, uma mesma parede servindo a duas casas.

O banheiro é externo à maioria das casas e, geralmente, de uso coletivo, Várias pessoas ou mesmo famílias que moram no mesmo lote, utilizam-se daquele banheiro. Somente du

as mulheres que eram locadoras de barracos no lote onde também moravam, é que se utilizavam de um banheiro interno e privativo para a sua família. Houve casos, porém, em que o banheiro coletivo utilizado era dentro da casa da locadora.

As moradias têm, em geral, um aspecto gasto e surrado, com paredes sujas. Em algumas casas via-se de dentro os buracos nas telhas de amianto, que faziam as goteiras na época das chuvas.

O ambiente interno, modesto, tem em geral uma arrumação caprichosa: coisas organizadas, panelas brilhando penduradas nas paredes. O chão geralmente é feito de uma mistura de cimento e terra batida. As formas de ventilação, quando existem, são basculantes sem vidros ou com vidros quebrados, cobertos com panos ou papelão. A iluminação elétrica é precária, tanto pelo fornecimento como pela utilização de lâmpadas fracas para iluminar o cômodo (40 W). É comum a utilização de velas de parafina.

Numa das casas, as paredes tinham buracos e as portas não eram fixas, sendo carregadas pelos moradores para o vão quando se queria fechá-las. As construções inacabadas demonstravam uma fragilidade no aspecto geral.

As separações entre os lotes próximos eram feitas por cercas de arame farpado ou liso. Em alguns casos, não havia objetos físicos determinando a divisão entre um lote e outro, onde estavam as casas. Apesar da ausência de limites físicos, as moradoras comportavam-se como se eles ali existissem, demonstrando a internalização da regra de limites entre

os lotes.

A descrição de algumas casas tornará mais clara a situação das moradias:

A casa de cor azul clara, já com a pintura bastante gasta, parecia maior que 1 cômodo. A porta de entrada esburacada, sem pintura, suja e surrada, apresentava uma fresta embaixo, de mais ou menos 10 cm. As paredes internas descascadas, as janelas velhas e gastas, com frestas. O ambiente compunha-se de um quarto, onde ficava o fogão, e de outro cômodo menor que fazia as vezes de uma cozinha. Ambos não mediam mais do que 4 m² cada um.

O interior apresentava uma falta geral de móveis domésticos: havia uma cama e um fogão que aparentavam não estar sendo utilizados. O fogão tinha uma radiola por cima. Era uma radiola antiga, do tipo portátil, azul, tendo ao lado uma pilha com mais ou menos 10 discos. A cama, logo após a porta de entrada, tinha um estrado apenas; era uma cama rala, só com os pés pintados de azul. Havia um colchão irregular de capim e um lençol branco, um pouco sujo e com um forte cheiro de urina.

A casa de outra entrevistada consistia de apenas 1 cômodo. A metragem era, também, de 4 m². Ali ficavam duas camas simples de solteiro: numa dormia um rapaz e, na outra, a moradora junto com a filha em idade escolar. As camas, muito ralas e duras ao sentar, com um colchão muito fino, estavam cobertas com lençóis estampados muito limpos e bem esticados. O chão era de cimento batido; no cômodo, um basculante de apro-

ximadamente 80 x 80 cm, sem vidros. Havia uma lâmpada em um caibro que sustentava as telhas de amianto. A porta antiga, parecendo de segunda mão, sem trinco, não combinava com o barraco. Havia, também, um fogão e um armário de metal no cômodo.

Outra casa era feita com parede de 01 tijolo, sem reboco; tinha mais ou menos 3 x 2 m². Havia um tipo de compensado de, aproximadamente, 2 metros, que separava no interior da casa, uma cama de casal e uma pia, onde estavam panelas e outros utensílios de cozinha. Podia deduzir-se que aquele compensado furado servia como uma parede de separação entre uma cozinha minúscula e o quarto. O local, de terra batida e cimento em alguns pontos, tinha uma parte onde se via uma cama de solteiro e uma de casal, ambas com colchões finos, cobertas por um pano. Havia, também, uma cadeira velha, com buracos.

Visitamos uma outra casa, que era rodeada por um fio de arame liso, fazendo com que as pessoas tivessem que se abaixar ou levantá-lo para entrar. Não havia porta nem janela na casa. Havia o vão da porta; era um barraco semi-construído. A casa localizava-se numa bifurcação da rua. Do lado de cima havia 14 barracas de ciganos formando um acampamento. A casa, sem reboque, com alguns buracos entre os tijolos. O cômodo onde recebiam as pessoas tinha, aproximadamente, 6 m². Dentro, havia uma cama de casal ocupando quase todo o espaço, e uma cama de solteiro muito próxima a ela. Havia, também, num canto, perto do vão da porta, um fogão novo de estilo mo-

derno. Uma mesa pequena, alguns objetos amontoados no chão, perto do vão da porta. O que separava os cômodos era uma cortina de plástico um pouco suja e rasgada em alguns lugares. No cômodo havia o portal de entrada e outros dois portais. O primeiro, à direita, era onde se guardava o material da construção, já que o barraco era uma casa em construção de uma outra pessoa, que a emprestara à moradora, devido ao fato de ela se encontrar sem ter onde morar com os filhos. Para os moradores, esse primeiro portal fazia as vezes de banheiro, para se tomar banho de caneco ou de bacia. A outra porta era lacrada pelo outro lado, por uma placa de madeira fina, que parecia um compensado, o que não permitia, aparentemente, o contato entre os dois lados. Segundo a moradora, ali do outro lado, morava um rapaz que bebia muito, tinha problemas com a família e também fora acolhido pela proprietária da construção, uma vizinha. A porta separada por uma cortina de plástico surrada, era o quarto onde dormia a maioria dos moradores. O chão da casa era de terra batida; a casa possuía laje. As roupas e objetos de uso pessoal eram guardados em sacolas de plástico que ficavam no chão, no canto da porta, onde se entrava para o quarto.

A casa, segundo a moradora, fora cedida como favor, emprestada à ela e ao rapaz vizinho, já que ambos não tinham onde morar. A dela fora derrubada pelo vento e ele fora despejado pelos parentes. A proprietária da construção não lhes cobrava aluguel.

2. O MOBILIÁRIO E O ESPAÇO INTERNO

Em geral, entre os móveis das casas impera a simplicidade. Fogões de modelos mais antigos, panelas de alumínio, quase sempre brilhando muito. Quando há armários, geralmente são de aço. As geladeiras estão ausentes, na grande maioria das casas; quando aparecem, são também de modelos mais antigos, dando a impressão de serem de segunda mão ou reutilizadas. É raro encontrarem-se estantes, e a televisão também não é um objeto comum nas casas. Em apenas uma das casas em que havia televisão, ela funcionava; nas outras, os moradores diziam que estava com defeito. O rádio a pilha ou elétrico é mais visto.

As mesas e as poucas cadeiras existentes em algumas das casas eram, em sua maioria, de fórmica, em cores vivas como o vermelho. Há barracos que têm apenas uma cadeira para 3 pessoas e, em outros, duas cadeiras para 5 pessoas ou mais; outros, não têm cadeira.

As camas são ralas e finas, têm um colchão de capim, outras têm o estrado de madeira e um papelão por cima. Muitas vezes, uma esteira é usada como cama, ou a cama não existe: é criada na hora de deitar, com a improvisação de objetos e panos num canto da casa. As roupas e pequenos objetos são colocados dentro de sacolas ou outros locais, mantendo uma certa organização do ambiente. A falta de móveis e utensílios domésticos é grande; em apenas uma casa existia uma radiola e discos, mesmo assim, com defeito, não podendo,

ser utilizada. Em apenas uma casa encontramos a televisão funcionando. As crianças estavam assistindo o "Xou da Xuxa" (casa de apenas 1 cômodo), enquanto a mãe lavava roupa no tanque coletivo fora da casa.

PERROT (1988), ao analisar as atitudes operárias no século XIX, em relação ao que chama de "moradias sumárias", fala da preocupação anterior com o pagamento de aluguéis, e da visão dos donos como patrões. A autora fala, também, dos "amontoados" que eram, então, fonte de preocupação dos sanitaristas e da ausência daquilo que a partir do final do século XVIII, chama de "conforto", atribuindo ao termo um sentido cada vez mais material. Já a instabilidade e a precariedade da mobília, eram também constantes. A densidade populacional foi aumentando, com as famílias se agrupando num mesmo alojamento. Perrot fala de outros problemas muito próximos à nossa pesquisa: o sistema de aquecimento, extremamente deficitário, os usos coletivos da água e dos banheiros e da mobília precária, junto a uma busca de prazer representada pelos pássaros e cortinas da casa. A autora aponta a casa como um local de reunião de uma família que vive em outro lugar. Parece-nos que esse "outro lugar" seria, sobretudo, a fábrica e a rua, além do que a autora chama de "espaços coletivos da casa": corredores, patamares, escadas, pátios e, principalmente, a cidade. Aponta, ainda, o surgimento, nos operários, de um desejo pela habitação individual, devido, talvez, à ascensão da burguesia no século XIX.

Analisar a existência e a utilização de determinados

componentes do ambiente social da casa, implica apontar que caminhos e instrumentos estão tendo as mulheres das classes subalternas para construir uma educação para si mesmas e para os filhos, e os limites e potencialidades dessa formação.

Para CHAUI (1987), no século XVIII, a casa reparte-se em cômodos definidos, separando os lugares comuns e privativos, os donos e os servidores, os quartos dos pais e os dos filhos; mas a separação definitiva só se completará como separação por idade e por sexo, no século XIX.

Com o aburguesamento da sociedade e a condenação das depravações da nobreza, começa a se valorizar o pudor e a decência, a limpeza, o isolamento, a privacidade. O quarto do casal fecha-se, recolhido, secreto e respeitado. Os servidores aí entram apenas para a limpeza e na ausência do casal e os únicos a terem trânsito livre no "santuário" são o padre e o médico.

É ainda Chauí quem nos diz que a nobreza não receava a mistura no interior da casa, pois as regras hierárquicas eram suficientes. Em contrapartida, a burguesia, para a qual em princípio todos são iguais, precisa da arquitetura para dizer que há os desiguais. A casa apresenta-se a nós, então, com várias funções: além da função reprodutiva, possui uma função simbólica e também disciplinar.

Para as mulheres das classes subalternas, responsabilizadas pelas funções reprodutiva e disciplinar na casa; com a separação dos espaços em suas moradias sendo elemento de restrição das suas "liberdades", não consideramos adequada a

evolução histórica analisada na ótica anterior. Na situação citada acima, passa-se como se não houvesse a necessidade da divisão da casa em cômodos para as mulheres das classes subalternas. O chamado modelo "burguês" de casa, passa a ser uma necessidade das classes subalternas, e também uma aspiração. A casa, dessa forma, começa a significar uma necessidade física e psíquica para o ser humano.

A imposição da casa coletiva numa sociedade que iniciou a disciplina também pelo espaço da casa, leva a caminhos diversos, que faz dessa forma de moradia um elemento que tem também uma função disciplinadora. Ressaltamos que o nosso entendimento de disciplina não se resume a uma ordem imposta, ou a relações de subordinação ou submissão, algo essencialmente negativo, que deve ser abolido das relações sociais. Entendemos e observamos, em nosso trabalho, a possibilidade de uma disciplina com regras consentidas e que propõe uma organização do ambiente externo, e que é também organizadora, no sentido de produzir uma disciplina interna. Essa disciplina, como elemento facilitador também de uma auto-organização, não pode ser confundida com a repressão imposta pela supressão de práticas inerentes ao ser humano, que vão sendo abolidas pela disciplina da restrição espacial.

Percebemos, assim, dois aspectos de disciplina que vão constituindo a identidade das mulheres.

"Tem lugar que tem vários barracão de aluguel mora muita família. Aqui embaixo, onde eu morava, tinha a dona do lote, ti-

nha mais 4 inquilino comigo. Cada um no seu barracão e era um tanque prá todo mundo, ali na hora de lavar roupa tinha que uns esperar os outros lavar prá depois a gente lavar."

"Lá tinha chuveiro, só que é frio. Só que acontece que eu nunca gostei não, já tomei tempo de calor... Durante o dia, uma hora dessa fila. Uns ficava com a toalha na mão. Se a gente não quisesse ficar em fila por espera, aí tomava banho mais cedo."

Esses aspectos nem sempre estão isolados para que os rotulemos como uma disciplina negativa ou positiva. Muitas vezes os aspectos estão superpostos, indicando, também, as contradições dos avanços sociais do capitalismo. A espera, a fila, acreditamos não ser possível afirmá-las como uma disciplina essencialmente negativa, a serviço do capital, uma vez que nessas situações ocorrem os encontros coletivos, onde se socializam objetos, informações e relações entre as pessoas.

A moradia está, assim, ligada ao cotidiano vivido, que inclui tanto os momentos de atividade, o estado de vigília, como o sono. O "como" se dorme e "onde" se dorme estão intimamente ligados à forma de morar; o como se mora e onde se mora são, em certa medida, respostas sociais dadas pela sociedade mais ampla à pergunta implícita: "Quem sou eu?". Dentro dos usos coletivos presentes na situação da moradia, destacaremos três momentos para a análise:

- a casa na hora de dormir, como utilização do espaço interno;

- a socialização do espaço e dos bens básicos;
- a utilização do banheiro, como uso do espaço externo.

3. A UTILIZAÇÃO DA CASA NA HORA DE DORMIR

A quantidade de espaço necessária para o homem viver confortavelmente, não tem uma resposta numérica exata. A Associação Norte-Americana de Saúde Pública considera que 32 m^2 por pessoa seria o padrão espacial recomendado (TUAN, 1983). Em nossas periferias, o espaço está entre 4 e 6 m^2 para um número de pessoas superior a 3, chegando a números mais altos de densidade residencial, como, por exemplo, 10 pessoas para um dormitório de 6 m^2 (CASTILHO PEREIRA, 1990).

As condições materiais precárias de sobrevivência induzem muitas vezes essas populações a uma resposta de menos-valia, forçando assim uma forma de educação, de construção do humano pelo modo concreto de vida, pela prática cotidiana. A situação existente é, muitas vezes, do "apinhamento", do coletivo compulsório:

"Aqui dorme a F, essa mãe do menininho e ela. Lá dorme um mucado dos mais pequenos. Nem esteira nós não tem, uns põe um colchão, outros forra com qualquer coisa e tá dormindo (no espaço que funciona como cozinha). No quarto: aí dorme eu e os meninos mais pequenos, meu rapaz dorme ali. Nesse quarto aí dorme 6 (mais ou menos 6 m^2). Aqui com a F dorme 2 (cama de solteiro). Dorme um rapazinho aqui (aponta o chão), um rapaz de 15 anos, o outro

tã com 13 anos, dorme ali (outro lugar no chã). Lã (aponta o chã da cozinha) dorme outro que tã com 10 anos e o outro de 14. Eles que escolhe. Eles gosta de dormir assim. É cada um gosta do seu canto. O outro mais velho tã com 22-23 anos, ele gosta de dormir ali (aponta o chã, logo perto da porta de entrada). Se alguém pegar falar assim fulano dormiu na sua cama aí... Agora comparação se chegar uma pessoa de fora a gente fala assim: eu pus a cama aí no seu lugarzinho, aí ele não importa não."

O filho mais velho da família "escolhe" o lugar perto da porta, onde há uma fresta de mais ou menos 10 cm: parece exercer uma função de proteção da família, inclusive do vento e do frio. A mulher desenvolve estratégias para minimizar os conflitos por causa dos espaços marcados.

O fato de várias pessoas em nossa sociedade experimentarem, em algum momento, a situação de "apinhamento", não as iguala às populações das classes subalternas, nas moradias precárias vivendo, cotidianamente, essa experiência. Apinhadas, no sentido psicológico, pelo fato de estarem impondo restrições sociais ao seu comportamento. Nessas situações, as pessoas que geralmente não são chamadas pelos seus nomes, distribuem-se pelos cantos e chã da casa na hora do seu sono. É dessa forma que vão repor o dia de trabalho.

Em outras ocasiões, o mínimo de espaço pelo qual ainda podem "optar", é, às vezes, cedido a outros parentes que vêm do interior e buscam também um canto para dormir. Essas situações exigem uma nova redefinição do espaço, uma busca de acomodação para todos:

"Ficou feio. Todo mundo já passou a dormir na cozinha, ia arrumar cama pra ela, mais os meninos, só pequeno. Dormia tudo aqui (no meio da sala/quarto). E apertou mais pra lá. Pra levantar tinha que saber como é que passava, um bequinho que passava, aí nós ficou... ela ficou 14 dias. A outra ficou mais, uma que veio primeiro ficou 7 meses. A outra tinha só 3 meninos. Depois não gostou, voltou pra lá. Na outra voltar, a outra veio, que tem os 3 meninos. É difícil ficar sem pessoas aqui em casa."

A lógica que rege o apinhamento como prática social na periferia, é parte do sistema que valoriza o homem pelo espaço que ele ocupa. Essa lógica torna funcional à sociedade de classes a manutenção dessas populações nas periferias empobrecidas das cidades, determinando o lugar social das classes subalternas, ao determinar o seu lugar geográfico. Assim, o local economicamente possível de ser habitado pelas classes subalternas são as favelas ou as periferias, às margens das cidades. Essa é a única alternativa social que lhes é apresentada.

O sono, que deveria recompor o organismo do desgaste diário, às vezes é um "passar pelo sono", sem dormir, já que vários fatores interferem, especialmente o pouco espaço onde, como diz BRAGA (1988), as pessoas lutam pelo princípio elementar de ocupar um lugar.

"Eles falam que a cama tá apertada, briga, eles reclamam. Eu falo: ô minha filha, vai dormir ocês duas num lugarzinho só, porque ocês toda vida dormiram juntas ... então dorme as duas juntinhas pra lá"

mas reclama, então não pode ter uma coisa, comprar uma cama prá uma, comprar uma cama prá outra, aí tem que dormir no berço mesmo."

A necessidade dos locais separados é colocada pelas mulheres e pelas crianças como uma necessidade de "individualização", de buscar aquilo que diz respeito àquela pessoa especificamente, à sua particularidade, seu tornar-se indivíduo, no sentido de se afirmar como ser que tem características próprias, vontades próprias e que ocupa um determinado lugar no espaço.

"É que não cabe mais uma cama, né, aí é onde o espaço de dormir é pouco, então, eu espicho mais a cama prá lá, porque tem aquela caminha, duas desarmada ali, mas o espaço... Se fosse maior... eu podia ter as duas caminhas armadas né, aí o meu menininho já podia dormir na cama dele, que aqui dorme eu prá baixo e ele prá cima."

Para algumas, é a impossibilidade de usar a mobília de segunda mão que ganham. Para outras, a falta de móveis é sanada ao espichar uma esteira ou um pano no chão para alguém dormir. A situação exige das mulheres soluções alternativas que são criadas na busca da solução do problema do espaço reduzido para muitos corpos.

A situação de ocupação de um mesmo dormitório pela família, leva especificamente as mulheres a se preocuparem com as conseqüências de seu comportamento na educação dos filhos. A disciplina que se auto-impõem faz parte de uma forma educativa que buscam para os filhos:

"Dormir, dorme na cama, dois numa cama. É uma cama de solteiro, foi até meu esposo que fez prá eles. Dois dorme numa. Ele dorme num bercinho que eu ganhei prá ele. E eu durmo do lado de cá mais meu esposo, numa cama maior. É todo mundo no mesmo quarto... Igual eu só tenho menino homem né, eles já tão crescendo, né... Fica tudo junto com pai e mãe é muito feio, muito ruim também... mas não posso fazer nada..."

A idéia de uma restrição é manifestada pelas mulheres ao falarem da falta de "liberdade", que se confunde com a falta de espaço. Ao se expressarem, transmitem o caráter de restrição que a falta dos espaços de que necessitam lhes impõe:

"Bom, aqui dorme as duas, dorme meu rapazinho ali, ali dorme eu e meu marido... Não tem muita liberdade, a gente não pode ter liberdade, que a gente, né, tem que respeitar os filhos, então a gente não pode ter muita liberdade, ficar muito à vontade. Principalmente na hora de deitar; eu não ponho camisola prá dormir, porque cê sabe, a camisola é muito fina, transparente, né, então do jeito que eu tô aqui eu tomo meu banho..."

Um significado fundamental de liberdade é a capacidade de transcender a condição presente; a forma mais simples da manifestação dessa transcendência manifesta-se no poder básico de locomoção. A imobilidade física poderia trazer dificuldades para se obter um domínio de idéias elementares de espaço abstrato. Ocorre que tais idéias desenvolvem-se com o movimento, com a experiência direta do espaço através do movi-

mento. Em princípio, a restrição dos espaços privaria da liberdade de mover-se, às liberdades ligadas a esta num nível mais abstrato.

VELHO (1975) mostra, em sua pesquisa, que a palavra "liberdade", em relação à casa, adquire principalmente o sentido de não sofrer restrições. A população pesquisada por ele - de classe média - manifesta-se diferentemente das mulheres em nossa pesquisa:

"Ninguém liga para o que a gente faz."

"A gente tem liberdade de fazer o que quer sem se preocupar com os outros."
(VELHO, 1975, p.)

HELLER (1982), ao responder a uma questão sobre liberdade, afirma:

"Toda pessoa tem a liberdade de não reconhecer nenhum valor moral. Mas, como já disse, isso não ajuda a ser livre. Hegel tinha razão quando distinguiu entre liberdade e arbítrio. A liberdade é sempre liberdade para algo, e não apenas de algo. Se interpretamos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e como tal deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de dever, o conceito de regra de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele há outros que não o são." (p.155)

Em nossa pesquisa, as mulheres falam da liberdade ao

serem questionadas sobre o espaço. Assim, se o espaço fosse maior...

"A gente tinha mais liberdade, tanto a gente como eles também. Que é igual a gente põe eles prá dormir mais cedo."

"Tinha mais espaço, né. A gente fica mais a vontade, né, tem o quarto dos meninos, os meninos tem mais liberdade, eu tenho o meu quarto, tenho mais liberdade. Aqui a gente não tem liberdade de nada. Aqui a gente vive sem liberdade."

As mulheres, ao falarem da falta de liberdade, implícita, e às vezes explicitamente, levantam a problemática sexual. A restrição sexual imposta pela falta de privacidade atinge tanto a mulher como o marido. A idéia de liberdade vem, então, junto com as palavras "folgado", "sossegado", que trazem a conotação de relaxamento. As expressões "sem jeito", "apertado", "sem liberdade" vão sendo faladas pelas mulheres, para se referirem à questão sexual que, proporcionalmente ao crescimento dos filhos, vai tendo que ser reprimida.

"Porque é sem jeito, né, a gente podia ter uma casa maior, um quarto dos meninos né, a gente ficar mais sossegado, folgado, né."

"Os meninos né ainda são crianças né, se fosse assim uma pessoa adulta, até que já... Tá começando a ficar meio difícil né, que a mais velha já tá com quase 13 a nos, tem 12, vai fazer 13. Então fica sem jeito mesmo."

O mérito freudiano de haver demonstrado o antagonis

mo existente entre as regras morais e o instinto sexual e de ter explicado as aberrações produzidas pela repressão a esse instinto, deve ser ressaltado. A sua posição teórica mostra que o instinto sexual pode ser humanizado, mas não eliminado.

A falta de liberdade vem relacionada à impossibilidade de uma prática sexual, na fala das mulheres. A roupa deve ser mantida, a mesma que se usa durante o dia; as crianças ou adolescentes não podem ser acordados. A liberdade dita, então, é a liberdade para a sua realização enquanto seres humanos, diferentemente daquelas liberdades apontadas por VELHO (1975) em sua pesquisa. A repressão e uma disciplina rígida, necessária, inclusive devido ao pouco espaço, vão compondo as práticas cotidianas e constituindo as pessoas na sua forma de ser.

Paralelamente à negação do espaço para a construção da moradia, da casa, algo mais é negado a essas mulheres, algo que diz respeito a si mesmas. Ao relacionarmos a objetividade e a subjetividade que são colocadas em ação pela prática, sabemos que a subjetividade objetiva-se no mundo social, através dessa prática. Uma ou várias práticas vêm sendo negadas às mulheres das classes subalternas; esse fato tem atuado no sentido de forçar a busca de alternativas possíveis dentro daquele espaço restrito. Mesmo em condições adversas, a casa existe, ocorre uma construção. Dentro das moradias precárias ou próximo a eles, desenvolve-se também uma série de outras práticas que vão determinando as formas de agir e de ser.

A mulher, na hora de dormir, é preocupada, reprimida, disciplinada e educadora dos filhos. Não deve ser mulher, mas uma disciplinadora e controladora dos seus próprios desejos.

"Aí é problema seriíssimo porque cê vê meus meninos tão crescendo. Já tenho menino de 14 anos. Esse menino que passou aqui agora tem 11 anos, mas ele é grande, sabe. E tem a menina, sabe. Então eu fico sem liberdade. Eu mais meu esposo fica sem liberdade, mesmo eles também fica por causa que tem a irmã deles mesmo. Então fica assim."

As dificuldades vividas no interior da casa, nem sempre são as vividas interfamiliarmente. No espaço exterior à casa, surgem outras práticas que são coletivizadas pelas mulheres também intrafamiliarmente.

CAPÍTULO V

A MORADIA VISTA DO EXTERIOR

1. A SOCIALIZAÇÃO DO ESPAÇO E DOS BENS BÁSICOS

Dentro e fora da casa, as mulheres vão desenvolvendo práticas que se relacionam ao espaço que ocupam. A restrição de alguns comportamentos implica a necessidade da criação de outros diferentes daqueles. As moradoras estabelecem regras de convivência não escritas e às vezes não faladas, que têm a função de serem reguladoras daquela vida social. O compartilhar é uma das regras do cotidiano, tendo o sentido muitas vezes de uma cooperação para a sobrevivência do outro.

"Cada um tem seu pedacinho de terreno, né. Tem sua frente de porta. Agora horta é meu genro que planta lá, quando eles precisam eu tenho um canteirinho no terreiro aí com umas taiobinha, com umas couve, umas folha de chá. Quando eles querem eles me pede. Procura pra comprar e eu não vendo. Eu falo pode pegar aí. Eles vai não gosta de pegar não, eu mesma pego e dou eles."

A dona do lote, que aluga 7 barracões ao lado do seu, dentro do mesmo lote, dá as verduras, não vende, e os moradores, mesmo com o seu consentimento, não mexem na horta. Às vezes, a disciplina ou a hierarquia não são tão facilmente acordadas. No caso de outra locadora que aluga 17 barracões no mesmo lote em que mora, e que tem, além do seu banheiro, que

é privativo, apenas um para os 17 barracões, as regras são colocadas de forma diferente:

"Eu andava, eu lavava banheiro, eu tô falando. Eu não quero sujeira aqui. Não quero prato jogado aqui. Aqui é prá todo mundo. Essa sujeira aqui eu não quero. Tu do asseado, todo dia um tem que arear o bãnheiro. Eu vou fazer uma placa. Eu tenho uma placa desses homens que candidatou aí. Vou virar ela vou fazer uma placa... Cada um assear um dia, que eu não posso ficar asseando banheiro todo dia, desaforo! Eu não quero sujeira, que tem muita criança, cada dia uma toma conta. É obrigada a limpar banheiro."

A locadora, mulher idosa e muito respeitada por ser uma das fundadoras do bairro, estava num momento de discussão no meio do pátio rodeado de barracões. As outras mulheres e crianças faziam silêncio enquanto ela falava em voz alta, nervosa. A situação da moradia coletiva exigia dela uma função disciplinadora e educativa; disciplinadora, ao formular as regras e exigir seu cumprimento, e educativa, ao explicar a necessidade da limpeza, especialmente relacionada às crianças.

Como o banheiro, alguns objetos básicos de utilização coletiva no dia-a-dia pelas mulheres, exigem a organização de uma espécie de escala de utilização, com a participação de todas no ordenamento desse uso:

"Tem o varal, tem o tanque é um só. Ah! tem que esperar uns terminar, né. Até que a pia de lavar vasilha é separada, mas o tanque de lavar roupa... Fica olhando prá ver se já terminou."

"É, tanque é um só (3 casas). Quando for amanhã deixo prá eles lavar, esfrego as minhas, deixo de molho, deixo quarando, quando for de tarde eu torço. Aí um não empata o outro."

Como afirmamos anteriormente, baseado em HELLER (1982), o caráter contraditório do desenvolvimento da sociedade impõe carecimentos a serem solucionados. Embora não solucionada a questão da habitação, essas mulheres passam a desenvolver uma forma de comunidade, não totalmente organizada, mas onde, por questões de sobrevivência, as pessoas devem criar formas de cooperação e solidariedade. A busca de soluções coletivas parece desenvolver as possibilidades de cooperação. Não podemos afirmar que essa coletivização é uma mera imposição da situação "coletiva compulsória" da moradia. Tampouco podemos dizer que essas mulheres deliberam conscientemente as estratégias de cooperação e socialização dos bens. As estratégias e as mulheres vão se constituindo, reciprocamente, utilizando as necessidades e reelaborando as faltas.

As identidades se desenvolvem nessas condições de carecimento de níveis básicos de sobrevivência, onde a luta pela auto-conservação é travada. A utilização da energia elétrica e água pelas moradoras, assim como o gás de cozinha, sobressaem-se dentre as estratégias que desenvolvem. As casas utilizam, por medida de economia, lâmpadas fracas e fogão a lenha como opção. Toda a organização reflete a preocupação com a administração do orçamento doméstico. A utilização da água e da luz é feita de forma coletivizada, e as despesas são di-

vididas entre os moradores, como explica uma das locadoras:

"Cada um tem seu tanque assim, não é tanque chique não. E o banheiro também, cada um tem seu banheiro com o vaso, mas é pobrezinho também, não tem chuveiro não. A água vem da Copasa e quando a conta de água vem, aquela que gasta mais paga mais. A gente vê no tanque toda hora lavando roupa toda hora, todo dia. Peço alguém pra escrever no papelzinho: tanto pra fulano, tanto pra ciclano, tanto pra beltrano. Eles aceitam, concordam, falam que não tá muito não. A luz também da mesma forma. E quando vem aquele que gasta mais, tem mais coisa eletrodoméstico dentro de casa paga mais. Eles chegam aqui eu falo assim: o que cês tem de gastar muita força? Eles falam pra mim: tem o rádio, a televisão. Tem geladeira? Não tem não. Tem liquidificador, liga uma vez ou outra. Então a gente fica sabendo."

Além da locadora acima, que divide de acordo com a sua observação do uso de aparelhos que poderiam gastar mais energia, há o critério estabelecido por outras, que é uma estimativa do consumo de cada família, de cada casa.

Em outras moradias, a iluminação é feita de forma alternativa, chamada pela população de "bico", e funciona da seguinte maneira: em um padrão de energia elétrica que deveria servir a uma única casa, ou que serve a uma única casa de classe média, por exemplo, os moradores ligam diversas casas. A conta é paga da mesma forma que a conta de água. Em quase todos os casos, a divisão é feita igualmente entre todos da rede. Sobre a utilização da energia elétrica, afirma uma moradora:

"É bico também... (como a água). Pago, vem a conta nós divide. Divide por quatro pessoas, se fica em quatro mil, cada um paga mil, né... Divide cada um paga um tanto, a água, a mesma coisa. A água são 4 pessoas, ela, a conta vem 2 mil, cada um paga 500."

RODRIGUES (1988), ao falar da implantação dos bens de consumo coletivo nas favelas onde pesquisou, diz do sentimento que esse fato tem para a população. Com relação ao atendimento dessas reivindicações por parte do poder público, a autora diz que esse reconhecimento significa a admissão, pelas autoridades constituídas, da existência de "gente morando na favela". Na periferia da cidade, torna-se difícil, para a população, a procura para o atendimento casa por casa, barraco por barraco, uma vez que os serviços de infra-estrutura são caros e a forma de "bico" acaba por barateá-los. Nesses casos, uma instalação de água ou de energia elétrica serve a várias casas, porém, é nomeado como seu usuário apenas um dos usuários. RODRIGUES (1988) vê a chegada da água e da luz como a possibilidade de incorporação de novos compradores ao mercado de eletrodomésticos, mas também a inclusão formal dos mesmos como consumidores de água e luz, o que os transformaria em "cidadãos consumidores".

2. A UTILIZAÇÃO DO BANHEIRO

Um dos aspectos levantados por PERROT (1988) e pelas mulheres em nossa pesquisa, é a queixa com relação à insalubridade, falta de asseio, paredes imundas, maus odores. A autora fala, também, da visão do banheiro interno à casa como um luxo inconcebível. No caso de nossa pesquisa, também surgem essas situações:

"É lá era um banheiro prá todo mundo e era ruim por isto, um banheiro prá todo mundo... vai que todo mundo usava um banheiro só, era apertado, era apertado prá gente, né. Toda hora a gente lavava, toda hora tava sujo. Uma hora a gente ia lá, outro tava querendo ir. Aquela lambança. Um banheiro só morava 7 pessoas né. Nos barracos, 7 barracão prá um banheiro só. É aonde que apertava muito prá gente. Banho de chuveiro né. Tinha dia que chegava tava lá aquela fila... Um esperando o outro sa ir prá outro poder ir..."

As dificuldades da utilização coletiva dos banheiros exigem formas de organização e disciplinarização.

"É um banheiro só. Aí já é uma coisa que você vê um motivo já que não dá. É um banheiro dentro da casa dela (sogra); é lá dentro da casa dela não é do lado de fora. Então todo mundo tem que ir lá usar. É como se fosse da gente, porque ela não liga sabe, mas eu acho ruim né. Passar dentro da cozinha entendeu. Quando a porta da cozinha tá fechada, tem que dar a volta lá pela porta da sala, então é chato, né, amola. Dá uma hora que ela sai, igual o dia que ela precisa sair, leva a chave,

como é que a gente vai no banheiro? A gente tem que se virar, prender até a hora que ela chegar ou qualquer coisa..."

A ausência dos banheiros nas moradias, determina a obrigatoriedade para as mulheres de mais uma contenção física. O corpo físico deve se condicionar aos horários possíveis. Na impossibilidade de contenção, as saídas para o problema não são menos constrangedoras do que tornar públicos os horários de ida ao banheiro, tendo que passar por dentro de outra casa, diante de outras pessoas, para tal fim:

"O xixi a gente pode fazer no pinico, mas e outras coisas... Não dá, né. Dá uma hora que tem uma pessoa na casa da gente e precisa trocar de roupa e ela tá lá. É o maior... Sei lá, eu não acho legal não."

A coletivização imposta pelas circunstâncias da moradia, gera, em alguns casos, dificuldades e formas de contenção para o corpo. Em outros casos, acaba sendo solução para outros moradores:

"Aqui atrás tem um espaçozinho, mas é muito pequeno. O banheiro é, posso dizer, de todo mundo, que é do lado de fora. Então né, gente que chega aqui e pede pra usar o banheiro, né..."

O banheiro coletivo acaba por se tornar, então, um banheiro público, na medida em que as pessoas que passam por ali necessitam utilizá-lo.

Os banhos e higienização do corpo nem sempre são realizados no espaço do banheiro. A forma de obtenção da água para se tomar banho também cria uma nova dificuldade relativa ao desenvolvimento dos hábitos de higiene. As dificuldades são enfrentadas com arranjos e alternativas possíveis no momento:

"Ah, eu tomo banho na bacia. O dia que eu endoído tomo banho lá. Porque o chuveiro lá é frio, né. Ele só toma banho lá, né, agora eu não, eu se viro aqui com minha menina aqui de bacia mesmo, sabe?"

A entrevistada faz uma alusão aos banhos dos hospitais psiquiátricos, geralmente frios. Mostra, também, sua diferenciação do marido, ao resolver o problema de uma forma diferente da dela. Outras entrevistadas apontam essa especificidade do comportamento da mulher, para conseguir realizar uma higienização do seu corpo:

"Tem não, tem banheiro não. A mulher toma banho na bacia, né. E tem água aí, o moço arranja uma água prá nós, aí eu pongo aí o cano."

As formas dos banhos têm, na verdade, poucas variações no contexto dos banheiros coletivos. Ou tomam banho de chuveiro frio, quando há chuveiro (o que é raro), ou apanham água em cisternas, poços ou canos, para colocarem num balde ou bacia, para a realização do banho.

"A gente pega um balde com água, vai pro banheiro e leva a água, é banho de caneco."

"Tem um banheiro ali, mas não tem água não, tem que pegar água. É só essa casa. Pega água da torneira ali. É água da Copasa mesmo. (Banho)... é de bacia, né. Põe água na bacia, né, e com o caneco toma banho, que não tem chuveiro, né."

As dificuldades para se tomar banho atingem tanto as mulheres que permanecem em casa, como os homens e mulheres que precisam trabalhar fora:

"Esses aí que trabalha tudo a noite, chega de manhã, de manhã dorme. Então na hora de tomar banho ali, os que tem que tá aqui mesmo toma banho, eles toma banho mais tarde, né. Até eles tomar banho pra sair, eu esquento minha água aí tomo o meu banho e pronto."

Criam-se formas de organização para a hora do banho favorecer aos que têm que sair para o trabalho. Quando não há esse critério, surge outra forma para a organização do banho:

"É de todo mundo! Pra tomar banho...iii é fila! Faz fila! Um vai na frente, depois o outro vai atrás, mas é um banheiro só."

"Lá tinha chuveiro, só que é frio. Só que acontece que eu nunca gostei não, já tomei tempo de calor... Durante o dia uma hora dessa já tava na fila. Uns ficava com toalha na mão. Se a gente não quisesse ficar em fila por espera, aí tomava banho mais cedo."

Paralelamente à questão das regras e disciplinas impostas pela forma de utilização do banheiro, estão a contenção e retardamento da satisfação de necessidades por períodos de tempo às vezes longos. No caso dos banheiros externos, devemos lembrar da situação de várias crianças, que, para se utilizarem do banheiro, deveriam ir para fora do barraco, e das dificuldades de educação para controles de esfíncteres advindas desse aspecto. Em ambulatórios, onde atendíamos crianças de periferia, era comum surgir a queixa de Enurese Noturna que é considerada, muitas vezes, sob a ótica da patologia orgânica, e não de dificuldades decorrentes do processo educativo, ou do próprio contexto social.

Além da utilização da água em baldes para o banho, essa forma é utilizada para outras várias atividades, sendo a mais comum tanto para o banho, como para a lavagem de roupas, e para os serviços gerais da casa:

"O banheiro é aí fora. É pros inquilinos. E tem um que mora aqui tá fechado, não tá aí não, morava um ali, mas saiu, saí uns, vem outros. Lavar roupa é ali, tira água da cisterna, tira uma lata, tira outra lata, uma hora lava junto. Tanque nós não temo, nós lava é na bacia."

A rotina diária da mulher, além das atividades comuns de várias outras mulheres, tem a rotina de tirar água na cisterna; desenvolvem tarefas que são decorrentes do tipo de moradia que têm. Uma moradia sem o serviço básico da rede de água, implica uma tarefa cotidiana de buscar latas ou baldes

de água, e um conseqüente desgaste físico e mental ligado a essa atividade.

"Sai 4 horas (marido) de casa, meu menino sai 5 horas. Aí faço o café durante a noite e já deixo dormir na garrafa prá de manhã não sair sem café. Meu menino sai 5 horas e meu marido sai as 4. Porque eles tá em Lagoa Santa, né, então prá eles ir tem que ir mais cedo pegar trabalho 7 horas; 6:40 eu já tô de pé. Aí vou lavar minhas vasilhas, lavo as bandejas, limpo o fogão, encho as vasilhas de água, tem que pegar água no tanque lá fora, aí pego um mucado, passo um pano, fico aí, dô um tempinho até na hora do almoço. Na base de 11 horas começo a fazer almoço, porque comida requentada... Às vezes tem uma roupinha delas (filhas) prá costurar, eu costuro, deu 3 horas, 3 e meia, eu vou já faço café prá ele chegar achar um cafezinho pronto. Na base de 5 horas, 5 e meia, mais ou menos, eu dou banho nelas, tomo banho, faço minha janta, aí os dois tomam banho. Quento o café, ponho na garrafa, aí vou procurar descansar as 10 e meia, 11 horas."

CAPÍTULO VI

A MORADIA COMO ELEMENTO EDUCATIVO DAS CLASSES SUBALTERNAS

1. A COLETIVIZAÇÃO DO ESPAÇO

No decorrer de nosso trabalho, foram-se apresentando as relações desenvolvidas pela população, nas suas moradias precárias. Já durante as entrevistas, foram-se delineando aspectos que, em princípio, não haviam sido cogitados. Pensadas de início para serem realizadas individualmente com o auxílio de um roteiro, as entrevistas, devido às condições de realização da pesquisa — o espaço físico, a presença dos parentes próximos, os vizinhos — iam se transformando em entrevistas coletivas. Tentamos, de início, polarizar a relação com uma das entrevistadas; as moradoras, no entanto, persistiam ou resistiam com uma prática diferente: as crianças, filhos da vizinha ou de outras moradoras, iam entrando pela casa e a entrevista já não era mais individual e, sim, coletiva. Em um dos barracões de 1 cômodo, oito crianças assentaram-se no chão, encostaram-se no armário e participavam, interessadas, da pesquisa.

Em outra situação de entrevista, a participação foi de adultos. Quando começávamos, entrou a irmã da entrevistada, a dona do lote sentou-se e começou a participar. Depois chegou um sobrinho, filho da irmã que já participava; logo depois chegou a sobrinha, irmã do rapaz saindo logo depois. Preo

cupávamos com a liberdade da entrevistada para dar as respostas, mas ela parecia não se importar. Em alguns momentos, estabelecia-se um diálogo entre a entrevistada e sua irmã, des-polarizando, assim, a relação entrevistador-entrevistado.

Nossa preocupação, ao formular as perguntas, era de que a entrevistada ficasse inibida em suas respostas, pela presença de outras pessoas — crianças e adultos. Elas entretanto, ao contrário, mostravam-se despreocupadas com relação àquelas presenças. Houve uma exceção, em uma entrevista da qual participaram outras pessoas. Nesta percebemos uma mudança significativa no comportamento da moradora, no sentido de restringir suas palavras. Ela parecia sentir-se inibida com a presença de um homem branco, filho da locadora, sendo a inquilina uma mulher negra.

No quadro geral das entrevistas coletivizadas, as mulheres pareciam sentir-se mais seguras, e a conversa mostrava uma série de interligações entre as moradoras, quando eram indicadas por elas, outras casas a serem visitadas. Ao final das entrevistas, sem que houvésssemos percebido, já se "marcava" uma outra. Às vezes saíamos, e a outra moradora já nos aguardava na porta. Nessas situações, às vezes passávamos por baixo de cercas que separavam os dois lotes, que era o caminho mais curto entre uma e outra moradia.

As mudanças impostas pela forma de ser do grupo, promoveu uma quebra na relação dual entrevistador-entrevistado e a coletivização de entrevistas no ambiente existente. Junto a essa forma de ação, surgiam constantes exigências de readapta

ção do entrevistador ao ambiente: ficar em pé, sentar-se no chão, levantar-se durante a entrevista para alguém passar, tomar café, conhecer outros vizinhos e parentes, através de apresentações, na medida em que iam adentrando no espaço.

A coletivização das moradias e dos bens de consumo básicos, parece ser determinante da mudança na forma de entrevista. A forma de morar e de viver aquela cotidianidade, poderia estar determinando uma prática de se relacionar coletivamente. As práticas coletivas eram estendidas a outras atividades, sendo uma delas, a entrevista.

O ambiente físico e social definia, assim, formas de agir e de ser. HANNAS (1972), ao expor a inter-relação sujeito-ambiente, afirma:

"O ambiente não é meramente externo: é um fator modelador da personalidade, que entra na sua estrutura, assim como a personalidade também sai e carrega o ambiente de riqueza psicológica, quando lhe atribui um significado. Desse modo, a personalidade tem muito do mundo onde se vive." (p. 27)

A autora adiantava, assim, a complexa relação que se estabelecia entre o homem e o seu meio social, e o processo mútuo de construção.

Além dos acontecimentos relacionados às entrevistas, pudemos observar outros aspectos que diziam respeito a trocas, ajuda mútua e solidariedade entre as moradoras.

Um fato relatado por uma das mulheres e filhas (en-

trevista coletiva) mostra-nos em parte o que analisamos. A mulher entrevistada estava morando numa casa emprestada por outra vizinha, e já havia presenciado sua casa sendo derrubada duas vezes: uma pela ação das chuvas, e outra pela ação do vento. Ela demonstrou vontade de adotar duas crianças encontradas abandonadas, apesar de sua condição, e de seus outros 10 filhos:

"Achei, a mãe jogou eles fora. Num brejo lá perto de casa. Os dois juntos, estavam todo sujos. (Filha): Eu fiquei ajudando a mãe a limpar eles, os meninos tadinho, fazia dó quando nós achamos os meninos. (Mãe): Aí eu fiquei 8 dias com eles. Depois de dias eu levei eles lá na rua Timbiras, aí conversei com o juiz, o juiz falou assim: qualquer tempo seocê quiser vem buscar eles cê pode tirar eles e adotar eles como seus filhos. Depois que eu construir minha casa, se Deus quiser, eu vou buscar um menino lá na Febem."

Ainda com referência às relações entre as mulheres, uma moradora informa-nos sobre as facilidades e dificuldades nas trocas:

"É isso prá mim até que é difícil, negócio de mantimento assim graças a Deus prá mim é muito difícil pegar com uma pessoa emprestado. A única coisa que eu gosto mais é café. Muito difícil também eu procurar uma coadinha de pó de café. Mas as outras coisas não. Assim uma panela de pressão, eu tomo emprestada, a única coisa que eu procuro mais é pó de café, uma panela de pressão que a minha tá precisando arrumar, mas não tenho condições de mandar arrumar."

As trocas e os "empréstimos" de objetos e produtos, não são determinados pela vontade das moradoras, apenas; parecem surgir diante de dificuldades encontradas em seu cotidiano, e como solução alternativa a essas dificuldades. Nas relações de vizinhança, essas trocas aparecem como mantenedoras de um vínculo forte entre as mulheres, especialmente, por causa dos filhos:

"Eu não tenho assim problemas com vizinho, se eu precisar deles, mostram boa vontade, se precisar de mim também mostro boa vontade. Já deixei muitas vezes a minha obrigação, meus filhos em casa prá socorrer vizinho, assim assistência médica."

"E também quando eu saio eu vejo ela na porta (a vizinha) eu falo assim: Ô dona Maria, eu não sei que hora eu vou chegar então a senhora faz o favor de olhar os meninos prá mim."

"Ela sai prá trabalhar, eu corro os olhos nos meninos. Não olho, não pego responsabilidade porque tenho os meus. Toda quarta-feira eu olho a pequenininha dela."

A complexidade da situação que apresenta dificuldades como a falta de privacidade, apresenta-se, também, como facilitadora enquanto estratégia de sobrevivência coletiva para aquelas mulheres, é assim esboçada por duas delas:

"Ah, eu não sei né, tem hora que facilita, tem hora que não. Mora muito menino, eu tenho problema de nervo, eu fico nervosa com eles. E outra hora também facilita porque ele trabalha mais é viajando, então

eu fico muito sozinha com meus meninos então dá uma hora prá outra adoece, a gente não tem com quem deixar."

"Ah, tem hora que eu fico nervosa eu estoro, quero sair, sabe, uma hora tá bom, uma hora não tá. Acho que tem muito menino também, esquenta muito a idéia da gente."

CASTILHO (1990), tratando da resolução do problema de moradia na Região Industrial de Belo Horizonte, aponta os laços sociais de trocas, partilhas e favores desenvolvidos pelas moradoras. Em nossa pesquisa, essas situações também se apresentam, numa forma de reelaboração da realidade imposta, transformando a imposição numa forma de relação coletiva. Para o autor, as condições materiais que possibilitam às pessoas de outras classes sociais enfrentarem a falta – que é constitutiva do sujeito psíquico – aí também não estão presentes. Falta também a casa. Contudo, acaba se constituindo como um dos carecimentos produzidos pela sociedade capitalista e que, portanto, se destaca também como um dos fatores de superação da sociedade de classes.

Em nossa análise, ao enfocarmos a moradia precária, observamos ser essa constitutiva da identidade daquelas mulheres. A falta de uma casa "pronta" provocava naquelas mulheres a necessidade de criá-la, criando alternativas e estratégias de sobrevivência, da qual faziam parte as relações intergrupais e interfamiliares de trocas e de partilhas.

Como afirma RODRIGUES (1988), ao produzirem cotidianamente o lugar da moradia, está-se produzindo e reproduzindo

as condições sociais da existência, expressão das relações sociais. "Na busca de um lugar para morar, está presente o encontro de uma identidade, de moradores que buscam obter direitos". Em nossa pesquisa, as mulheres estão empenhadas, não diretamente na busca de um local para morar, mas na construção e humanização desse local de moradia. Nesse sentido, as condições que faltam são as condições que movem aquelas pessoas na busca da transformação do local em "casa", com todos os sentidos que vão suprir as necessidades daquele grupo. É nessa tarefa que se empenham também as mulheres no seu fazer e fazer-se cotidiano.

2. O ESPAÇO COMO DETERMINANTE DE ASPIRAÇÕES

A relação vivida pelas mulheres nos seus espaços restritos de moradia, não impede que se desenvolvam pensamentos, sentimentos ligados a uma casa diferente. Buscam, de alguma forma, uma construção dessa casa.

Os aspectos que dizem respeito a essa construção vão além dos dados concretos para tocar no aspecto da fantasia, do desejo, do subjetivo que é, muitas vezes, o ponto de partida, a ideação prévia para chegar a uma concretização, antes impossível ou inconcebível.

Ocorre que também as aspirações se fragilizam ante as necessidades materiais imediatas, recebendo o impacto da realidade, que vai tentando condicionar os desejos e aspira-

ções dessas mulheres.

Em nossa sociedade, aspiração e espírito empresarial continuam sendo fortes. O autêntico empresário raramente acha suficientes os bens que possui. Para os apetites biológicos, o limite natural é mais rapidamente suprido. Já os ultra-biológicos, que incluem aspirações, assumem para alguns a forma deturpada de cobiça, tornando potencialmente ilimitados esses apetites. (TUAN, 1983)

O que nos apresentou a pesquisa, em relação às mulheres e suas aspirações, diz respeito ao espaço mínimo que lhes é imposto. Dentro desse espaço distribui-se a mobília, as pessoas e, às vezes, os animais. Há restrições impostas pela divisão do espaço, como ele se apresenta às pessoas. Em suas falas, fica explícito o problema da falta de dormitórios, e sua aspiração de um espaço maior, de um espaço para si mesmas.

"Eu emendo a cama aqui prá nós (mãe e filho) dormir, então bagunça mais. Eu ponho uma cadeira e tal prá nós dois dormir."

"Tinha vontade de aumentar mais aqui."

O desejo de organização e de quartos separados é um indicador para a auto-organização da mulher no espaço da casa:

"Eu tinha vontade de aumentar mais aqui. Puxar mais um cômodo ou dois. Agora não dá, tá muito apertado."

O "aperto" econômico da falta de dinheiro é, também, o aperto da falta de espaço.

O abuso de diversos políticos, com relação à questão da moradia para as classes subalternas, faz-se com base na estimulação das aspirações e desejos, das emoções e dos anseios dessa população. São feitas as promessas, depois vêm as frustrações pela crença investida no impostor.

"Fiz inscrição lá no Sérgio Ferrara (ex-prefeito de Belo Horizonte, 1985), me levou com a barriga. Não vi a casa. E fiz nesse Newton Cardoso (governador de Minas Gerais, 1986)... é pior, ô raiva desse homem Newton Cardoso! Até hoje nada... Agora eu fui lá no Vilão do Avelino de Carvalho (vereador cassado posteriormente por falsas promessas de casas à população no período pré-eleitoral). Lá tenho esperança de ainda sair (o vereador ainda exercia o mandato)."

A denominação "Vilão", usada pela moradora, referia-se, aparentemente, a uma vila grande. Se pensarmos em termos da palavra "vilão" no seu sentido corrente, encaminhar-nos-emos para sentidos cada vez mais depreciativos: habitantes da vila ou casa de campo, e daí para plebeu - grosseiro; homem desprezível e miserável. Resta-nos avaliar se com suas histórias de promessas não cumpridas, a moradora já se antecipava, adjetivando inconscientemente aquele que prometia, e antevendo, a partir de suas experiências anteriores, a impossibilidade do cumprimento de novas promessas por parte do vereador.

O nível de aspiração dessas mulheres, alterado pela realidade social, vai-se colocando muito próximo à realidade

vivenciada, à materialidade da luta pela sobrevivência. Esse nível de aspiração afeta o que cada um considera como o espaço adequado. É a aspiração condicionada culturalmente.

PERROT (1988) atenta para a distinção entre reivindicação e aspiração. Sendo a primeira de um campo mais limitado, só se reivindicaria o acessível, o possível, o negociável sendo um canal estreito. Seria preciso uma ampliação desse canal, considerar as falhas do discurso, essas exclamações, esses suspiros que, em torno de uma conversa ou texto, dizem do desejo e do sonho.

O sonho da casa própria para as populações das classes subalternas, por um lado, configura a busca da manutenção de condições de sobrevivência frente a uma sociedade que nada — ou quase nada — oferece a quem não tem propriedade. Seria, então, uma reserva estratégica para uma sociedade em guerra (FASE). Parece-nos que a moradia contém também, e deve conter, as aspirações e os desejos do senso comum das classes trabalhadoras:

"Eu acho, ninguém acha bom de morar muita gente, fica muito apertado né... Quando tem as coisas assim é tudo arrumadinho, o quarto né cê levanta. Favorece tanto pra gente já fica arrumado de uma vez. E quando é pouco, ah é uma lambança de manhã a gente apanha é um trabalho que só vendo. Se todo mundo tivesse seus quartos separados né. Ainda aqui é muita gente, cada um podia arrumar, ficava arrumadinho. Que de manhã tá desarrumada, tem dia que vem qualquer coisa chega aí, ô menina nem abria a porta. Menino nem pra arrumar cama, só gente grande mesmo."

O desejo de quartos separados aparece como uma aspiração das mulheres. As possibilidades ligadas a essa realização são várias, como já citamos: a possibilidade de um sono melhor, de uma vida sexual mais livre ou menos condicionada pela presença dos filhos e de outras pessoas no mesmo ambiente.

As aspirações são as vontades, o querer, a esperança; algumas vezes estão bem próximas do possível, noutras muito distante, apesar de o conteúdo da aspiração ser algo próximo do possível para outras pessoas.

"Eu tenho vontade de construir minha casa lá em cima, mas não consigo... falta tudo."

"Espero assim igual eu tô frequentando essas reunião dessas casa... Nós fizemos a inscrição em Sabará. E espero que sai. Tenho esperança que Deus me ajude que a minha deve sair. Se Deus ajudar, que prá muitos já saiu... Mostraram prá nós assim o desenho sabe. Assim prá família assim que tem mais quantidade assim igual aqui em casa tem 5 pessoas é de 2 cômodos, 2 cômodos só. Agora família maior aí tem casa maior."

A procura de locais onde se fazem inscrições para a obtenção de uma moradia é constante, sendo que essa lida dificilmente obtém êxito. Para a maioria das mulheres, a luta coloca-se como um sonho, e não, como uma reivindicação.

A preocupação com as relações com outras pessoas mostrou-se também nas falas — como acomodar os que chegam de fora.

"Ah, não é chique né. Se fosse outro lugar que a gente pudesse ter outro quarto era melhor, do que ficar assim tão embolado; que de vez em quando chega gente de fora ainda. Quando tá mês frio tá bom. Na hora que faz calor, Nossa Senhora! ... Se fosse maior era mais folgado. Aqui tinha que ser maior."

Para outras mulheres, o nível de aspiração está mais ligado às condições de desenvolvimento do seu trabalho cotidiano na casa, na cozinha:

"Eu queria ter assim uma cozinha, eu queria ter meu fogão, um joguinho de mesa, um armário bonitinho com as vasilhinhas, chão muito enceradinho, adoro uma casa encerada. Aí, no meu quarto, queria só uma cama prá minha filha né. Ela tem berço, mas fica desarmado, porque não tem lugar. Eu queria uma caminha bonitinha prá ela, essas coisas né, que a gente não pode ter, então tem que contentar com o que tem."

A possibilidade de alcançar algumas das aspirações, parece ser um fator de estímulo para aquelas mulheres; ao mesmo tempo as frustrações parecem ir limitando o nível de aspirações, das vontades...

"Minha vontade mesmo era comprar um lote, prá mim construir minha casa. Que aqui é apertado, não dá assim espaço direito prá gente assim aumentar a vontade. Então minha vontade era comprar um lote, fazer a casinha direitinho."

O ter que se contentar com o que se tem, a redução do nível de aspirações e, inclusive, o "não poder aumentar a

vontade" que, ao que parece, é dito em dois sentidos, ambos impossibilitados. Aumentar o espaço à vontade e aumentar a vontade de ter mais espaço, dentro daquele.

Os aspectos contraditórios do senso comum popular, no tocante à moradia, demandam uma maior organização dessas aspirações populares e das necessidades coletivas, que poderiam ser sintetizadas num projeto político transformador, tanto do mundo real, como do mundo das aspirações e dos sonhos, modificando, inclusive, os sonhos e as aspirações das populações das moradias precárias.

CAPÍTULO VII

O PSICOLÓGICO E O EDUCATIVO NA RELAÇÃO COM A MORADIA

1. A NOSSA RELAÇÃO COM AS ENTREVISTADAS

Durante o período da pesquisa de campo e da ida às casas das moradoras, o envolvimento direto com os problemas da pesquisa não eliminava os sentimentos e as nossas vivências face àquela realidade. A tentativa de analisar um pouco essa questão — a do pesquisador perante a atividade da pesquisa — diz respeito aos fatores intersubjetivos presentes na situação. Analisar a relação pesquisador-pesquisado enquanto uma relação sujeito-objeto, apenas nos levaria a reduzir os aspectos subjetivos presentes ou a negá-los. Acreditamos que a objetividade pode ser alcançada mais plenamente, quando se levam em conta também os fatores subjetivos presentes.

A subjetividade, expressividade humana que é capaz de se objetivar como constitutiva dos sujeitos humanos, está presente em todas as relações humanas, inclusive nas relações entre entrevistador e entrevistado.

Várias situações nasceram da nossa relação com aquela população durante a pesquisa. Podemos citar o surgimento de uma espécie de doença física, após termos ido a uma das casas, um conjunto de 17 barracões num mesmo lote. As dores de cabeça e no corpo, sintomas incomuns, fizeram-nos levantar a possibilidade da atuação de fatores psicológicos, preponderantemente.

Além do aspecto físico da manifestação, havia também uma espécie de confusão e depressão; uma idéia forte de que seria impossível a elaboração da dissertação a partir daquela realidade. Víamos, então, as pessoas na periferia, como uma impossibilidade, a curto ou médio prazo. Um pessimismo alastrava-se. O problema ligado à higiene era muito presente; imaginávamos que só uma educação extremamente rigorosa poderia ter algum resultado para aquela população.

Vivíamos uma outra espécie de dificuldade, ao percebermos que algumas crianças e mulheres demonstravam estarem passando fome. Víamos-nos em conflito entre a possibilidade de ajudá-los naquele momento e o objetivo da pesquisa. Esses objetivos foram-se explicitando mais claramente: na medida em que vivíamos o conflito, continuávamos a pesquisa.

O período da pesquisa de campo foi uma experimentação do que as mulheres viviam em toda a sua vida. A casa, uma luta constante, os morros, os matagais, os ônibus sem horário, os esgotos abertos, o mau-cheiro.

Ao ouvirmos as gravações, apareciam as interferências do ambiente: latidos de cães, rádios ligados em volume alto, gritos de crianças e, às vezes, era impossível ouvir o que havia sido dito. As gravações refletiam o dia daquelas mulheres. O percurso para ir ou voltar às casas era geralmente feito a pé, já que o ônibus auxiliar raramente cumpria o seu horário. A vida apresentava-se, ali, como uma aventura difícil.

Dentro do bairro observávamos, também, as diferenças

ações. Algumas mulheres moravam mais embaixo, no morro, e, raramente, o subiam. Parecia haver uma periferia na periferia.

As pessoas nas ruas demonstravam interesse pela presença de uma pessoa diferente no bairro, andando durante a semana pelas ruas. Algumas pareciam achar interessante o trabalho, outras pareciam sentir uma certa pena em ver uma pessoa naquela situação, fazendo um trabalho daquele tipo. Todos, sem exceção, demonstravam boa vontade e disposição para ajudar. O sentimento de solidariedade era sentido, inclusive, na realização da pesquisa.

Algumas das mulheres apresentavam-se a nós um pouco tímidas, aparentemente; às vezes comportavam-se como se fossem visitas em sua própria casa, e como se não estivessem à vontade. Era um pouco o sentimento de inibição que, inicialmente, nos encaminhou para realizar a pesquisa, quando desenvolvíamos trabalhos no PRODASEC. Tentávamos estimulá-las a falar o máximo — sugestão da professora Ecléa Bosi, que nos fez compreender em maior profundidade a necessidade de ouvir mais as pessoas da periferia.

Difícilmente deparar-nos-íamos, no exercício cotidiano atual da nossa profissão de psicóloga, com aquela "cliente-la". Ouvir uma mulher ex-bóia-fria falar de sua vida, reviver o seu trabalho na roça, falar da sua casa, dos seus planos... Eram pessoas que, no centro da cidade, passariam por mendigos ou pivetes. Os rostos, inclusive os das crianças, eram sérios; não havia nos seus olhares nada do que se esperava encontrar numa criança "padrão". Difícilmente correspondiam aos sorrisos; seus olhares eram questionadores. Às vezes, es-

condiam os rostos ao serem abordadas. Ao mesmo tempo em que isso parecia uma grande emoção, mostrava a opressão a que estavam submetidas.

Uma das mulheres, ao final da entrevista, perguntou quanto teria que me pagar por haver participado da pesquisa (teria sido uma relação terapêutica para ela?), talvez, por ter que pagar por tudo no dia-a-dia...

Havia, nas entrevistas, momentos que oportunizavam às mulheres reviverem suas histórias. Ao final das falas, relatando mudanças, problemas cotidianos, percebia-se que ali estava uma mulher forte e resistente, escondendo-se atrás de uma aparência física frágil e desnutrida.

As inseguranças pessoais aparentavam estar ligadas à situação da casa. As "donas da casa" vivem intermediariamente a insegurança do trabalho do marido, inseguranças ligadas, diariamente, à casa e à subsistência de si mesmas e dos filhos.

CASTILHO PEREIRA (1990), ao falar dos aspectos psicossociais do sub-proletariado, afirma ser ponto comum a falta de segurança psíquica, social e econômica. Essa insegurança pessoal que, ora se apresenta como uma timidez, ora como um receio, é constante nessa mulher, moradora de casas precárias. O elemento social "habitação" parece interferir na constituição dessa mulher, carregando-a em parte com as inseguranças das paredes e do teto, que, às vezes, dá a impressão de que vai cair a qualquer momento, numa casa insegura.

Uma mulher que resiste, continua, pode ser considerada insegura, social e economicamente, mas não apresenta

insegurança psíquica. Sabemos ser complexa essa dissociação em áreas, como se elas fossem estanques. Contudo, o que se afirmou, foi, sobretudo, a existência de uma vida interior bastante complexa. Algo que nos penetrava pelos olhos, ouvidos, e todos os sentidos. Algo que parecia não ter um nome só, um nome específico.

Durante a pesquisa, encontrávamo-nos envolvidas por essa situação, com um elemento da vida daquelas mulheres que estimulava a nossa sensibilidade. As músicas eram, então, sentidas como questionadoras; e as questões ligadas às injustiças sociais, eram mais fortes. Havia na relação da pesquisa, a produção de uma espécie de amor e admiração por aquelas mulheres: negras, magras, lutadoras; aquelas crianças magras, de olhos arregalados, roupas sujas, pés descalços, curiosas, muito bonitas...

Em suas casas com um espaço extremamente reduzido — 1 cômodo — em muitos casos, a organização interna dá a impressão de tratar-se de uma casa com os cômodos necessários àquela família, onde se ordena cada coisa no seu lugar. As mulheres desenvolvem comportamentos que permitem sua movimentação, ação e pensamento, com toda a restrição espacial em que vivem.

Essas imposições das moradias precárias, fazem com que as mulheres, sujeitos mais presentes no seu interior cotidianamente, busquem alternativas para a superação daquelas dificuldades. A materialidade da casa e suas funções sociais, vão desenvolvendo dimensões psíquicas em torno dessas mulheres que ali exercem as práticas cotidianas.

2. A MORADIA COMO FORMADORA DE HÁBITOS, ATITUDES E COSTUMES

BRAGA (1988) considera que habitar uma cidade é mais do que ter uma moradia digna. Afirma que essa moradia deve ser inserida no espaço, de maneira que seja possível ao indivíduo trabalhar, consumir, ter uma relação de vizinhança, e estabelecer toda uma rede de relações sociais.

Em nossa pesquisa, como já afirmamos, as mulheres se empenham ainda em atingir o objetivo que corresponde ao "princípio elementar da física": "ocupar um lugar no espaço". Acreditamos que esse princípio elementar não é buscado isoladamente, mas que, junto a ele, vão se consolidando os outros fatores essenciais, ligados a uma definição mais racional do que seria habitar uma cidade. Sem dúvida, podemos ressaltar a valorização da moradia enquanto lugar específico de viver, enquanto processo concreto de apropriação de um espaço, quer como abrigo, quer como segurança ou referência de identificação.

No desenvolvimento do trabalho, íamos nos perguntando sobre as condições que possibilitavam àquelas mulheres suportarem realidades de vida tão cruéis. À medida em que realizávamos as transcrições e a escuta das falas, alguns elementos foram se mostrando em várias das entrevistas. Como práticas das mulheres, percebemos:

- o uso de remédios para dormir, em vários casos (Diazepam);
- o uso de chás calmantes (erva cidreira);
- a prática religiosa sistemática, de religiões variadas que

demonstravam um maior nível de exigências (religião Batista, do Evangelho Quadrangular) do que a religião "oficial" (Católica);

- a realização de promessas que, em alguns casos, tinham um conteúdo intenso de sofrimento e expiação, imposto a quem solicitava a graça.

Às vezes, a Igreja aparece como uma opção de vida social, e faz aparecer às moradoras um universo mais amplo de que poderiam ainda participar:

"Ah, não é ruim não que eu venho da igreja, graças a Deus eu venho da igreja, se quiser assistir um filme eu assisto, se não quiser deito na cama faço minhas orações e vou dormir."

À medida em que as pessoas penetram no espaço, para cada uma vai chegando o ponto em que a sensação de espaciosidade vai se transformando no seu oposto, o apinhamento. A solidão que possibilitaria a condição para se adquirir a sensação de imensidade, quase não existe. A presença dos outros interfere nos pensamentos: várias pessoas estão projetando seus mundos na mesma área, agindo e interagindo.

Dessa forma, podemos dizer que se estabelece uma forma de educação, que é facilitada em um sentido e dificultada em outro. Esse processo contraditório permite a reelaboração que é responsável pela sobrevivência e pela luta das classes subalternas.

O espaço físico da casa, onde se realiza praticamen

te toda a vida privada para essas populações, é um espaço físico de objetividade e subjetividade. A restrição desse espaço vai exercendo, também, uma ação disciplinadora, que implica uma contenção, inclusive, física, e na obrigatoriedade de adaptação a um espaço muito restrito.

Nas moradias precárias, deparamo-nos com várias pessoas à procura de um espaço: para estender a cama, para comer, para ir ao banheiro. A contenção nas filas dos banheiros ou nas camas repartidas, é situação que compõe um quadro ao qual algumas das moradoras já se mostram adaptadas:

"Não, a gente já acostumou, né. Se fosse gente assim criado no conforto, né, num lugar mais espaçoso, a gente ia estranhar; mas a gente já acostumou a viver no aperto assim tudo pros côco mesmo, então ninguém importa..."

Em sua fala, a moradora estabelece uma generalização do acostumar-se. Uma forma de vida foi se estruturando, e se transformou em algo a que já se acostumaram, e sabem que isso decorre daquela forma de vida. Ao mesmo tempo, sabem que se tivessem tido outra forma de vida em espaços menos apertados, sua atitude seria outra. É o ambiente social da casa, "o aperto", que nos parece ter o sentido também de aperto econômico, determinando a forma de ser das pessoas.

CASTILHO PEREIRA (1990), ao comentar sobre a categoria espaço, diz que essa se coloca em termos do ser, ter lugar, poder se realizar, enfim, ter uma identidade. Sobre a falta de espaço, estabelece uma relação desta com o abafamento presentes

no sistema carcerário brasileiro, a casa tomando a forma de uma prisão. O homem, quando se encontra em casa, assume muitas vezes o papel de carcereiro mau e castigador. Ao falar das mulheres que desenvolvem problemas mentais, o autor aponta uma falta de identidade e, sobre a relação delas com o espaço, diz que isso se mostra no discurso da população. Analisa, então, esses discursos como impessoais: "Os problemas me fazem ficar no ar - me dá um nervo", onde as mulheres não se reconhecem como sujeitos possuidores de uma voz ativa. Diz ter a impressão de que essas mulheres não têm consciência delas mesmas, mas apenas dos seus pedaços desarticulados. "Na verdade, ela não é dona de si mesma, pois pertence ao outro".

Em nossa pesquisa, que não focalizava especificamente o lado da doença mental, percebemos alguns pontos que, em nosso entender, poderiam transmitir uma noção da falta, "também", de identidade. A excessiva timidez e desconfiança iniciais, as inibições e a própria condição física, um corpo enfraquecido, poderiam em nosso caso, levar a essa suposição. Ao adentramos, contudo, no universo vivido por essas mulheres, exposto pelo seu discurso, sua forma de ser, sua luta cotidiana, temos a impressão de uma identidade que ora se apresenta, ora se oculta. Aparece na esperança, na vontade, e se oculta na falta:

"Eu tenho vontade de construir minha casa lá em cima, mas não consigo, falta tudo."

Com relação ao discurso que supõe a idéia de fragmentação "dos pedaços desarticulados" (CASTILHO PEREIRA, 1990) acreditamos que essa forma de percepção de si mesmas surja em vários momentos para essas mulheres, ou, mesmo, que seja permanente para algumas representantes das classes subalternas ou do "sub-proletariado". Porém, não supomos ser privilégio das classes subalternas essa percepção de si.

MARCONDES FILHO (1987), sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), comenta a esse respeito:

"O inconsciente tornou-se uma dimensão fundamental na relação entre o homem e as modernas formas de dominação social. Por meio do seu controle, são criados os novos servos e os novos dependentes, ilusoriamente livres ou participantes, mas de fato, bem mais submissos às estruturas do poder, de dominação e de estabilidade social. A nova articulação inconsciente do poder joga com estruturas mentais que outrora eram classificadas como patológicas. Há uma tendência esquizoide liberada e dinamizada através das práticas sociais do encorajamento do individualismo, da fragmentação, da dependência dos aparelhos eletrônicos de entretenimento, da agitação e da exercitação formal e programada do lazer. Há uma tendência paranóica socialmente controlada que dissemina o terror por toda parte, intimida populações inteiras com diversas formas de perigo (nuclear, da contaminação, da AIDS, dos assaltos, da crise econômica, da instabilidade social), que torna fraco o psiquismo do indivíduo e permeável à aceitação de ideologias totalitárias (...)."

A imposição dos tempos modernos, tem produzido, junto ao avanço social, séries de patologias e, entre elas, a fragmentação do indivíduo; como produção do contexto social amplo, sua

área de atuação atinge todas as classes sociais em maior ou menor grau.

As mulheres das classes subalternas, ao produzirem no seu dia-a-dia as estratégias de sua sobrevivência, têm oportunidade de revalidar também alguns valores que entram em contradição com a proposta social de fragmentação; um desses valores é o trabalho.

A fala de uma das mulheres entrevistadas em General Carneiro, é extremamente elucidativa nesse sentido. Há uma visão da produção social e do produto do trabalho humano como tal, e uma valorização desse trabalho:

"Fizemo um barraco de pau-a-pique, nós moramos nele 10 anos depois caiu. Nós masemos barro, fizemos adobe prá construir outra. Essa outra nós construímos até o adobe que tinha lá eu emprego ele. Eu fico com dô, falo: não, foi nosso trabalho, meu, mais de meus menino, mais meu velho."

A manifestação da forma de ser dessas mulheres vai, então, aparecendo como algo construído, muitas vezes com referência ao processo de construção da sua casa — lenta, gradual, às vezes impedida, às vezes derrubada, outras vezes reerguida. O processo de construção dessas identidades compara-se não só à construção em si mesma, mas também à manutenção das casas, com esforço, com desgaste físico e mental no cotidiano. Muitas mantêm uma parte possível da casa, e buscam alternativas para a construção do restante. A construção, para a grande maioria, não está acabada; estão construindo, tal como constroem

a sua própria identidade social, como parte do processo de humanização.

Com relação ao pouco espaço e às suas interferências, sobretudo no nível psíquico das pessoas, devemos nos aproximar da questão da disciplina do corpo pelo espaço, ação cotidiana que intervém na forma de ser e de agir das mulheres no seu cotidiano. A postura encurvada de várias mulheres, mostra um corpo tolhido. As áreas forçosamente coletivizadas, determinam um espaço menor para que dois corpos possam ocupá-lo, e dois corpos passam a ocupar o espaço que seria ocupado por apenas um corpo, em outra situação:

"Eu durmo na beirada... (põe a mão na única cama que ocupa quase todo o cômodo), minha menina dorme no canto, não, minha menina dorme no meio e ela no canto e tem um tapete ali atrás, eu ponho ele no chão e aquela moreninha dorme no chão."

A partir do local de moradia, vão-se construindo, também, imagens dos moradores, por eles próprios. A depreciação e a menos-valia são também componentes dessas imagens:

"Prã mim morar numa casa de 2 cômodos, os trem tudo embolado, o guarda-roupa só abre uma porta. O guarda-roupa nada, é um caixote, mas fala guarda-roupa, né. Abre só uma porta. Os trem tudo amontoado, olha! Não tem como é que arranja isso aqui? Tem que ficar é assim nesse chiqueirinho, né. A gente dorme aí..."

À medida em que vão sendo construídas, essas imagens interferem na forma de ser e de se identificar das pessoas;

elas são repassadas e se espelham nas condições que circulam no universo cotidiano das pessoas na casa. As depreciações vão também respondendo às perguntas implícitas, vão se desvelando os rótulos: quem dorme no chiqueiro?

Contrariamente às associações feitas das classes subalternas com a falta de higiene, doenças, tal como faziam os higienistas do século XIX, como se fosse algo inerente às classes subalternas; as mulheres demonstram sofrimento, pelas impossibilidades advindas do pouco espaço e da multifuncionalidade dos cômodos, o que parece interferir no seu desejo de organização e limpeza da casa:

"Na hora da comida senta na beirada da cama, ali entorna refrigerante, deixa cair comida no chão..."

A não terminalidade da construção da casa, observada por CASTILHO PEREIRA (1990) e por nós, reflete a idéia da inconclusão e a necessidade presente de se buscar formas para se concluir a casa; ela funciona como um todo e, apesar da inconclusão, é o abrigo para onde vão os filhos com medo da polícia, local do sono e dos encontros.

As iniciativas de "mutirão" ou auto-construção das casas são vistas de forma polêmica e, na maioria das vezes, como um processo a mais de exploração do trabalhador. A compreensão por parte dos movimentos organizados dá-se, segundo RODRIGUES (1988), a partir da necessidade de morar e do mutirão. O processo de trabalho conjunto seria, também, uma forma de

organização, discussão de problemas, avanço, para solucionar problemas de moradia. Para a autora, os integrantes do movimento por moradias em Osasco, mobilizados por uma necessidade socialmente determinada, buscam um local para morar. Na medida em que vão observando a objetivação de suas lutas, procuram difundi-las, assim como os seus conhecimentos. Ampliam o número de indivíduos participantes e encontram, assim, uma identidade. Nesse processo constituem-se como sujeitos coletivos que buscam a transformação da sociedade. No caso das ocupações, esses sujeitos não só buscam, mas conseguem, ao nível da prática efetiva, mudar em parte a situação social.

Para as mulheres das periferias de Belo Horizonte, mais especificamente as de General Carneiro, as transformações ocorrem na medida em que buscam e realizam as construções e reconstruções de sua moradia. Nesse processo, vivem enfrentamentos com a burocracia do poder público, as doenças, os políticos que se utilizavam de demagogias para se elegerem, além das chuvas e ventos.

3. AS RELAÇÕES PSICO-EDUCATIVAS E O ESPAÇO DA CASA

Embora a procura de moradias apresente-se como uma forte pressão sobre as classes subalternas, em nossa pesquisa, uma das entrevistadas demonstrava um nível de sofrimento psicológico menor. Aparentava uma feição mais relaxada e o pensamento mais organizado, em relação às outras.

Essa moradora informou-nos que fazia um "tratamento

psicológico" numa clínica da UFMG, no serviço de Psicologia da FAFICH¹. Seus dois filhos em idade escolar também demonstravam uma espécie de desenvoltura maior do que os das outras entrevistadas: a sua forma de olhar não demonstrava o receio ou a submissão que outros olhares demonstravam, à primeira vista. A fala dessa mulher sobre a condição da casa e a sua busca pela casa era:

"Que muita gente que não é todos que pensam igual eu. Lutar, espremer entre os dedos prá poder fazer o que é da gente né. Que todo mundo... Eu acho assim muita gente fica andando atrás dessas casas populares, se fosse trabalhar era bem melhor, eu não ando. Eu fui na prefeitura eles foram lá mediu meu barraco e deixou um papelzinho e eu fui na prefeitura. No outro dia meu joelho tava inchado de tanto subir aquela escada ali... na rua Tupis. Na nova Associação lá, sei lá... Vai lá em baixo, eu ia, vai lá em cima, eu ia, vai lá em cima... o dia inteirinho, sem um café, sem nada. No outro dia eu tava rouquinha, mas não é rouquidão de falar, não é de falar é meu problema... (diz ter angina). Eu falei, eu não ando mais atrás disso mais nunca. Não fui mesmo. Eu fui lutar. Eu tinha um dinheirinho, fui juntando... Aí eu peguei caí nessa realidade. Não vou mais andar atrás dessa casa popular."

Ao expor a sua relação com a doença física e mental, estabelece ligações entre estas e as condições de moradia. Parece ter aclarado, assim, em parte, as dificuldades do seu cotidiano em relação à moradia. A partir da clareza desses aspectos no seu cotidiano, passa a perceber dificuldades psicológicas de vizinhas, e busca tentativas de ajudá-las, ou vindo as dificuldades para a concretização dos tratamentos, e

¹ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG.

reafirmando a necessidade da sua busca por um atendimento para si e para os filhos.

A observação da forma de ser dessas pessoas, colocando-se como sujeitos de direitos, interrogativos em relação à pesquisa que fazíamos, fez-nos retornar à questão do não atendimento psicológico às classes subalternas, pelo menos à sua grande maioria. Essa negação, sendo também uma forma de opressão, impede que essas pessoas percebam, mais objetivamente, o seu mundo, e que reflitam a sua realidade. Muitas vezes essa incapacidade se faz acompanhar da justificativa de que ficar falando não resolve, e que as necessidades materiais são mais importantes. Tal afirmação não justifica, no entanto, por que segmentos das classes média e burguesa procuram atendimento psicológico. Nas clínicas ligadas a escolas, ou mesmo a hospitais que prestam esse tipo de serviço, como o Bias Fortes², onde tivemos oportunidade de atuar, as filas costumam ser enormes, e as pessoas geralmente das periferias, têm que esperar 1 ano ou mais para serem atendidas. Além do tempo de espera, existem as dificuldades com os transportes e distâncias, que ocupam, em muito, o tempo das pessoas.

Para essa mesma moradora, a explicação para o seu problema de saúde é:

"O meu nervo não dá prá ver zueira de gente boba, eu sinto desmaio. A hora que eu vejo que eu vou passar mal, eu vou e deito. Tomo três controle. Agora aquele remédio que eu ponho debaixo da língua só quando eu tô com dor, sabe..."

² Hospital vinculado à UFMG.

Sobre a origem do seu problema de saúde, relata a morte dos dois maridos, a doença do filho, a perda da casa duas vezes — com a enchente e com o vento — e diz:

"Eu tenho que soltar, falar. Igual eles mesmo aí se precisar fazer raiva em mim dõ neles uns socão bom neles, não sinto nada... É um tipo de desabafando, né, pela idéia, descarregando nos outros né, mas a minha psicóloga falou comigo que vai ser assim agora... Na psicóloga eu vou fazer controle. Ela conversa. Se tiver certo, se tiver errado. As vezes a gente tem muita coisa que a gente tem medo de fazer. A gente precisa de uma opinião, né, igual ela mesma me deu muita força: Cê tem que comprar um lote... A preocupação toda sua é de viver assim igual no meio da rua. Eu senti depois que eu comprei esse lote e vim prá aqui, eu senti. Eu vivia com dor direto. Tinha dia que tinha que colocar duas vezes comprimido debaixo da língua. Depois que eu mudei de lá não usei mais... Onde que a gente conversar, desabafar igual a gente vai lá na médica psicóloga é prá isso. Vamos supor comparação: se ela (a pessoa) tá nervosa de viver de aluguel, que ela indo ali ela conversa, a médica psicóloga vai ajudar ela... Não dá casa prá ela, porque não tem condição de dar uma casa, mas ajuda, dá uma orientação. Ah, esse povo aqui parece uns povo bobo, não entende bem. isso não... Eles acha que controle é prá aqueles doido que já tá na hora de levar pro Galba Veloso ou prá Clínica Pinel. Não gente, controle de psicólogo não é de gente doido não. A gente vê sempre, igual essa dona aqui do lote, tem dia que ela tá num estado de nervo. Eu tava falando prá ela, a senhora precisava fazer um controle, conversar com uma pessoa. As vezes tem muita coisa dentro da senhora, a senhora precisa desabafar, mas não desabafar comigo não, desabafa com outra pessoa aí né, lá com ela a senhora desabafa, que seja um médico, que seja uma médica... Ela acha difícil aqui né prá sair, prá largar os meninos, o marido não sei o quê, né... Eu tenho meus

filhos, mas se eu não cuidar de mim, quem vai cuidar? É só eu prá cuidar de mim e deles e depois Deus, né. Então eu tenho que se virar, então eles acha difícil. Eu dei muita idéia prá elas."

Ao apontar a situação da moradia como determinante de problemas mentais e físicos, aponta-se o fator social como interferindo na saúde da população. No caso específico, não são as classes subalternas as produtoras de doenças ou de "males sociais", mas as classes que adoecem, também, por falta de moradia e de condições básicas em sua moradia. A produção das doenças parece decorrer, também, das pressões sociais — cuidar dos filhos, do marido, da casa — atribuídas socialmente às mulheres.

O entendimento, ainda que parcial, das dificuldades em torno do problema da moradia, através do diálogo, da fala das mulheres, parece favorecer uma organização mental que possibilita às mulheres uma ação mais direcionada para os seus fins. A capacidade de ação na adversidade passa a ser, assim, associada a uma capacidade do nível de pensamento na adversidade, ao "desabafar", explicitar o seu mundo interior, através da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da moradia tem sido largamente divulgado na grande imprensa, a cada dia. A crescente vinda de pessoas do interior para os grandes centros tem sido um motor da produção do espaço social das cidades e, por sua vez, da produção das pessoas nesses espaços.

Por se tratar de um processo de auto-formação, de uma educação informal, suas interferências na academia ainda não são avaliadas suficientemente. Só agora começa a se esboçar o início de uma avaliação "da realidade do aluno das classes subalternas". Em nosso entender, é um avanço observar - se essa realidade. Acreditamos, porém, que, paralelamente a uma realidade social diferente, na qual vivem, as classes subalternas vêm-se compelidas a agir e ser diferentes, não só no que diz respeito à linguagem ou escrita, mas, também, a uma forma de ver o mundo, de pensá-lo e agir nele.

Nesse contexto, o nosso trabalho pretendeu retomar a discussão da questão habitacional, partindo de alguns aspectos:

- a idéia da materialidade da casa ligada às questões subjetivas, como a construção da identidade das pessoas envolvidas com a mesma, configurando um processo educativo;
- o estabelecimento de uma relação que levasse em conta a complexidade da sociedade humana, fugindo às tentações de reduzi-la ora a um objetivismo idealista, ora a um subjetivismo também idealista.

Durante a pesquisa, a interação desses aspectos esteve presente nas falas das entrevistadas, que manifestavam seus desejos e aspirações com relação à sua moradia, a qual iam construindo com base no seu desejo, mas com o possível ao seu alcance naquele momento. Observamos que a aspiração e o nível do real possível articulavam-se nos momentos da vida daquelas mulheres, promovendo um entrelaçamento onde ambos vão se modificando e se fazendo, com base nos seus conteúdos: o conteúdo da aspiração e o conteúdo da realidade.

A instabilidade da moradia e do trabalho para as populações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que parecia atuar como fator desestimulador para as pessoas que perdem seus referenciais básicos (casa-trabalho) de sobrevivência, ou que não os têm presentes, exerce um papel de forçar a busca, da luta por uma sobrevivência ameaçada. Essa ambigüidade, às vezes, está presente nas atitudes das mulheres, que buscam uma sociedade nova fora do espaço doméstico, ao mesmo tempo que reforçam e valorizam as velhas estruturas no espaço da casa. As situações da vida diária das mulheres nas suas moradias precárias, a rotina interna da casa e da mulher na casa, giram em torno do trabalho do marido. A criança e a mulher são relegadas a um segundo plano, como o trabalho doméstico. Não há tempo para eles, ou é o tempo "que sobra" que lhes é dedicado, assim como é com sobras que vão construindo a casa. Nesse processo, vão se construindo e se modificando.

A posição secundária da mulher na sociedade iguala-se ao papel secundário atribuído ao "mundo da casa" e ao pró

prio papel da educação em nossa sociedade, relegada a segundo plano. Em nosso trabalho, esses três aspectos mostraram-se interligados: Mulher - Casa - Educação.

A possibilidade de discutir a educação como formação do ser humano para além dos conteúdos formais, acadêmicos, foi explicitada através da constituição de comportamentos específicos das mulheres nos espaços da moradia. Estes comportamentos recebiam forte determinação daquela realidade material, mas recebiam também uma reelaboração dos sujeitos envolvidos naquela problemática.

A constante necessidade de reelaborar o espaço e sua utilização, a construção e a mudança de regras, vão promovendo uma flexibilidade que estimula a possibilidade de criar em função das necessidades impostas pelo contexto social. Ao tentar resolver os problemas que a sociedade coloca no seu cotidiano, as mulheres das classes subalternas lançam mão do seu arsenal de atividades produzidas coletivamente naqueles contextos. Ao criar e recriar os espaços da sua existência, aquelas mulheres educam a si mesmas e aos seus filhos, ao mesmo tempo em que se constroem nesse processo; o que é, em todos os momentos, a tentativa de produção do melhor humano possível naquelas condições dadas pela sociedade e reformuladas por elas.

A relação entre a produção da população e a produção do espaço, refere-se à produção da identidade, na medida em que se articulam nessa produção a objetividade e a subjetividade.

O capitalismo, como sistema social, tem produzido a vanços objetivos no campo da habitação, sofisticando cada vez mais esse produto social que é inacessível à grande maioria da população. Para as classes subalternas que buscam participação nos avanços da sociedade, a utilização coletiva da casa não é feita desta forma como opção: a busca de espaços onde possam desfrutar alguma privacidade, parece significar a busca de maior dignidade e melhor qualidade de vida.

Na casa, a contenção física estabelecida pela limitação dos espaços, impõe uma disciplina ao corpo. Essa contenção de necessidades básicas reduz as possibilidades de ação, de vida das populações, ao mesmo tempo em que as encaminham para a criação de uma forma de disciplina que seja possibilitadora da convivência social naquelas circunstâncias. A situação da moradia, ao mesmo tempo em que obriga a construção de um coletivo, impede o desenvolvimento de atividades básicas de sobrevivência das classes subalternas. Nessas condições, a contraposição que é feita por essas classes, não tem apenas o sentido de ser contrário, mas também o de fazer obstáculo, resistir, utilizando a capacidade de reelaborar aquelas realidades para sobreviver.

A identidade vai sendo construída e se construindo, enquanto se move a realidade social, onde os sujeitos vão propondo novas alternativas a si mesmos e aos outros. Essas alternativas são fatores de readaptação, de mudança e de criação. Nas classes subalternas, essa construção está associada ao processo de reelaboração, Esse é constante como o processo

de dominação, e vai se apresentando como reação a ele e como assinalador da diferença existente entre essa classe social e a classe dominante. A classe que precisa reelaborar constantemente a sua condição de moradia, é uma classe que, deste modo, também se auto-identifica.

Em General Carneiro, o fato de os moradores viverem nessa espécie de aglomerados obrigatórios, não elimina a possibilidade de uma vida comunitária solidária, de uma solidariedade de sobrevivência; é isso que parece ocorrer em vários casos. A questão da sobrevivência, conquanto o seu forte caráter objetivo, não impede que essas relações se desenvolvam também dentro de um clima de afetividade, camaradagem, de uma solidariedade que é constitutiva de uma identidade de quem vive no cotidiano essa prática com a complexidade de uma relação humana.

As noções de identidade individual, coletiva e de classe, traduzem momentos desse acontecer histórico, social e sobretudo humano, que ora se completam e se constroem num processo de inter-relação, onde a capacidade dos sujeitos de se manifestarem e de se organizarem é fator fundamental.

Nesse contexto de busca de construção do humano possível, insere-se a nossa preocupação no sentido de que a Psicologia (de forma mais ampla) e a Psicologia Social, desenvolvam novos enfoques em busca de uma ciência comprometida com o processo de libertação humana; que essas ciências construam e reconstruam também a sua identidade. Devemos também reafirmar que a identidade que se busca, tanto a nível de sujeitos cole

tivos, como as mulheres da periferia, morando em suas casas precárias, quanto a nível de campos do saber, como a Psicologia Social, não pode ser considerada uma construção pronta, acabada, se levarmos em conta o processo histórico-social. A concepção de algo completo, formado, fecharia inúmeras possibilidades, inclusive, negando o acontecer e o fazer históricos. Entendemos a identidade social e a construção das identidades como um processo complexo, onde paralelamente se desenvolvem aspectos individuais e de classe social. Os avanços nesse processo fortalecem-se em alguns pontos e se modificam em outros, num processo de constante interação social.

O trabalho constituiu, também, uma tentativa de estabelecer um diálogo entre algumas disciplinas, de forma que se auxiliassem na busca de uma qualidade de vida melhor para as populações das classes subalternas. As tentativas de se estabelecer essas relações entre os campos das ciências humanas é, em nosso entender, uma hipótese para se evitar um tipo de reducionismo limitador das potencialidades do conhecimento, do pensamento, das relações humanas.

Nossa proposta, neste trabalho com as classes subalternas nas suas moradias precárias, buscou atender para o possível naquele momento, trabalhando com elementos diversificados, até certo ponto, nas análises. Nesse sentido, tentamos mapear alguns caminhos, julgados por nós interessantes e, portanto, merecedores de maior aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, A.M.M. A psicologia na educação: algumas considerações. In: Cadernos da USP, nº 5. II Encontro Latino-Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise, fev., 1988.
- ARROYO, M.G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira. Revista Educação e Sociedade, nº 5. São Paulo, Cortez Editores Autores Associados, 1980.
- BAUZER, Riva. Crescer numa cidade grande. São Paulo, Nova Fronteira, 1983.
- BOLLAFFI, G. A casa das ilusões perdidas. Cadernos CEBRAP, nº 27 - Aspectos sócio-econômicos no Plano Nacional de Habitação. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular - leituras operárias. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALLE, Edênio & QUEIROZ, José J. (Org.). A cultura do povo. São Paulo, Cortez, 1984.

- BOTELHO, E.Z.F. População de baixa renda, problema habitacional e participação: um estudo psicossocial. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1982.
(Dissertação, Mestrado)
- BRAGA, R.B. Espaço e saber nas lutas sociais - o caso de Salvador. Belo Horizonte. Faculdade de Educação da UFMG, 1988.
(Dissertação, Mestrado)
- BRANDÃO, C.R. Identidade e etnia. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, C.R. (Org.). A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CANEVACCI, M. (Org.). Dialética do indivíduo. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CASTILHO, W.C.P. O adoecer psíquico do subproletariado. Belo Horizonte, Segrac, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Repressão sexual. 10.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites.

In: VALLE, Edênio (org.). A cultura do povo. São Paulo, EDUC/Cortez e Moraes, 1979.

CIAMPA, A. Identidade social. In: LANE, Sílvia (org.). Psicologia Social - O homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. De olho na escola. As experiências educativas e a escola na ótica do aluno trabalhador. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 1989. (Dissertação, Mestrado)

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, 1986.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ENGELS, F. A questão da habitação. Belo Horizonte, Aldeia Global Editora, 1979.

FOOT, F. & LEONARDI, V. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo, Global, 1982.

FREI BETTO, OSPB. Introdução à política brasileira. São Paulo, Ática, 1987.

FREIRE COSTA, J. Psicanálise e contexto cultural. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.

GOHN, M.G.M. Reivindicações populares urbanas. São Paulo, Cortez, 1982.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

HANNAS, Ana Lúcia. Psicologia do ajustamento. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972.

HELLER, A. O cotidiano e a história. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

HELLER, A. Sociologia della vita quotidiana. Roma, Ed. Runiti, 1975.

HELLER, A. Para mudar a vida - felicidade, liberdade e democracia. São Paulo, Brasiliense, 1982.

HORTON, P.B. & HUNT, C.L. Sociologia. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1980.

- IANNI, O. Texto comentário sobre o texto: cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, Edênio (org.). A cultura do povo. São Paulo, EDUC/Cortez e Moraes, 1979.
- KULIKOV, V.N. La introducción a la psicología social marxista. La Ed. P.C.C., La Habana, 1974.
- LANE, S.T.M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: —. Psicologia social - o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LANE, S.T.M. O que é psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LOPES, J.S.L. O vapor do diabo - o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MACEDO, C.C. A reprodução da desigualdade - o projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo, Hucitec, 1975.
- MACEDO, C.C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, Edênio (org.). A cultura do povo. São Paulo, EDUC/Cortez e Moraes, 1979.
- MARCONDES FILHO, C. Capitalismo avançado e o controle do inconsciente. Cadernos da USP, nº 5, fev., 1988.

MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

MOFFAT, A. Psicoterapia do oprimido. São Paulo, Cortez Editora, 1986.

MOSCOVICI, S.A. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

NORONHA, O.M. De camponesa a "madame". São Paulo, Edições Loyola, 1986.

OLIVEIRA, R.C. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

PATTO, M.H.S. Escola, sociedade e desempenho escolar - um estudo de casos de repetência na escola pública de 1º grau. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Depto. de Pesquisas Educacionais, 1987. (Subprojeto 1 - Oportunidades educacionais para populações de baixa renda no Estado de São Paulo)

PERROT, M. Os excluídos da história - operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PICHON-RIVIÈRE. Teoria do vínculo. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

QUIROGA, A.M.F. Família operária. Petrópolis, Vozes, 1982.

RAGO, Margareth L. Do cabaré ao lar. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

REY, F.G. Desarrollo de una nueva comprensión de la personalidad en la psicología marxista. Cadernos da USP, nº 5, fev., 1988.

RODRIGUES, A. Psicologia social. Petrópolis, Vozes, 1981.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Na procura do lugar o encontro da identidade. São Paulo, Departamento de Geografia da USP, 1988. (Tese, Doutorado)

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo, Paz e Terra, 1987. Vol. I.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo, Difusão Editorial, 1983.

VELHO, G. A utopia urbana. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

REVISTAS

Revista Proposta n) 37 - Mutirões habitacionais - FASE. Experiências de Educação Popular. Rio de Janeiro, 1987.

Revista Proposta nº 47 - Identidade feminina - FASE. Experiências de Educação Popular. Rio de Janeiro, 1988.

GOULART, I.B. Psicologia da Educação: considerações sobre seu papel e alternativas. Educação em Revista. Belo Horizonte, UFMG, nº 10, dez., 1989.

TEXTOS

BALDEZ, Miguel L. A reforma urbana. Caderno de Articulação Nacional do Solo Urbano, s.d.

GOULART, Iris B. Revisão histórica dos estudos sobre pequenos grupos sociais. PUC, PREPES, mimeo., 1989.

GUIMARÃES, B.M. Os programas de habitação para a população de baixa renda no Estado de Minas Gerais - 1965 a 1983. VIII Encontro Anual da ANPOCS, 1984.

MANACORDA, M. Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci.
Palestra proferida na Universidade Federal de São Carlos,
em 29/10/87.

SADER, E. Remodelando a experiência - para um estudo dos movimentos sociais. Texto mimeografado, 1984.

A QUESTÃO habitacional em Minas Gerais. Arquivo da Articulação do Solo Urbano. (Texto datilografado), s.d.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO

Houve um primeiro roteiro utilizado para as duas primeiras entrevistas. Posteriormente, esse roteiro foi reformulado. As reformulações foram decorrentes de leituras feitas sobre o tema, e a partir da prática do primeiro roteiro.

ROTEIRO INICIAL

1. Quais são as pessoas que moram com você? Nome, sexo, idade, parentesco. Trabalham? Onde?
2. Como foi a aquisição da casa? Aluguel? Construção? Se aluguel, quanto paga? A quem? Quantos cômodos tem a casa?
3. Há outras pessoas que ficam na sua casa durante o dia ou à noite? Motivo.
4. Quem é mais ligado a vocês aqui?
5. Como é o dia da família? Podem me contar como é, desde a hora que acordam?
6. Como é de noite? Quantos dormem? Como é? Dependendo da resposta, perguntar como seria se o espaço fosse maior.
7. O que você acha de morarem muitas pessoas num mesmo cômo-do?

8. E de morarem várias famílias num mesmo lote?
9. Existe algo que você gostaria de fazer e não dá para fazer?
Por que? O que falta?
10. Existem mais pessoas nessa situação, de morar com muitas outras pessoas em um cômodo, ou muitas famílias morando num mesmo lote?

ANEXO II

ROTEIRO

1. DADOS PESSOAIS

Idade

Residência

Escolaridade

Naturalidade

Profissão anterior e atual

Como se chama o lugar onde mora? Há quanto tempo mora em General Carneiro?

2. QUAIS AS PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ?

Nome

Sexo

Idade

Parentesco

Trabalham? Onde? Profissão?

Há outras pessoas que ficam em sua casa durante o dia ou à noite? Motivo.

3. MORADIA

Há quanto tempo mora nesta casa? Onde morava antes?

Por que mudou?

Condições atuais da casa. Própria? Quantos cômodos?

Como é o dia da família? Podem me contar como é, desde que

acordam?

Como é à noite? Quantos dormem? Como é? Dependendo-da resposta, perguntar como seria, se o espaço fosse maior.

O que você acha de morarem muitas pessoas num mesmo cômodo? E num mesmo lote morarem várias famílias?

Existe algo que você gostaria de fazer e não dá para fazer? Por que? O que falta?

Existem mais pessoas nessa situação? (Várias pessoas morando num mesmo cômodo ou num lote?)

Qual é o melhor lugar para se morar? Por que?

O que você acha que vai acontecer aqui nos próximos 10 anos?

Ao final, acrescentamos se a entrevistada gostaria de nos perguntar alguma coisa, ou se tinha algo a acrescentar.

ANEXO III

ORGANIZAÇÕES POPULARES EM TORNO DA MORADIA
BELO HORIZONTE

UTP - União dos Trabalhadores da Periferia

AMABEL - Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte

FAMOBH - Federação dos Moradores de Belo Horizonte

FAMEGH - Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais

MOVIMENTO dos Sem-Casa - Santa Luzia

MDF - Movimento de Defesa do Favelado

ASMUT - Movimento dos Mutuários

UMPI - União dos Movimentos Populares Independentes

ARTICULAÇÃO do Solo Urbano.

INFORMANTE: Articulação do Solo Urbano (Ângela).